



UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)

**PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS HAITIANOS NO MERCADO DE TRABALHO
NO OESTE DO PARANÁ: UM ESTUDO DE CASO NA FRIMESA COOPERATIVA
CENTRAL**

KEIT VIVIANE DE SOUZA TESSARI WAGNER

DISSERTAÇÃO

Foz do Iguaçu
2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)**

**PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS HAITIANOS NO MERCADO DE TRABALHO
NO OESTE DO PARANÁ: UM ESTUDO DE CASO NA FRIMESA COOPERATIVA
CENTRAL**

KEIT VIVIANE DE SOUZA TESSARI WAGNER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Marcelo Staevie

Foz do Iguaçu
2020

KEIT VIVIANE DE SOUZA TESSARI WAGNER

**PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS HAITIANOS NO MERCADO DE TRABALHO
NO OESTE DO PARANÁ: UM ESTUDO DE CASO NA FRIMESA COOPERATIVA
CENTRAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Pedro Marcelo Staeve
UNILA

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
UNILA

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón
UFPA

Foz do Iguaçu, 23 de dezembro de 2020.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

W133p

Wagner, Keit Viviane de Souza Tessari.

Processo de integração dos haitianos no mercado de trabalho no oeste do Paraná: um estudo de caso na Frimesa Cooperativa Central / Keit Viviane de Souza Tessari Wagner. - Foz do Iguaçu, 2021.

103 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, CIES - Centro Interdisciplinar Latino Americano de Economia e Sociedade, Program de Pós Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Pedro Marcelo Staevie.

1. Imigrantes. 2. Haitianos. 3. Mercado de trabalho - Paraná. I. Staevie, Pedro Marcelo. II. Título.

CDU 314.15:331.5(816.2)

Dedico este trabalho primeiramente a DEUS, por estar sempre iluminando os meus caminhos. Dedico também à minha filha Heloísa e ao meu esposo Jean pela compreensão nas horas de ausência, pelo incentivo e apoio, sem os quais não seria possível a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros e profundos agradecimentos primeiramente a Deus, por toda proteção e cuidado comigo desde sempre, por me permitir tornar realidade o sonho de cursar um mestrado, pela saúde, força e sabedoria para superar as dificuldades.

Aos meus pais, Oscar e Arnelva, que mesmo em meio a muitas dificuldades sempre me incentivaram a estudar, a fazer a diferença na sociedade por meio dos estudos e do trabalho.

Ao meu irmão Korak, por ser um exemplo de dedicação aos estudos desde a minha infância.

Ao meu amado esposo Jean, por toda compressão e incentivo com os meus estudos, ao longo destes 12 anos da nossa união.

À minha querida filha Heloísa, pela paciência e compressão nas minhas ausências, enquanto cursava faculdade, pós-graduações e mestrado.

Ao meu Orientador, professor Pedro Staevie, por todas as sugestões, correções e orientações.

Ao Coordenador do Mestrado de Políticas Públicas e Desenvolvimento, professor Gilson Oliveira, por todos os ensinamentos e auxílios prestados a mim e aos meus colegas durante este tempo.

A todos os professores do Mestrado de Políticas Públicas e Desenvolvimento, pelos ensinamentos e contribuições.

A professora Carolina, pela participação na banca de qualificação.

A UNILA pela oportunidade de cursar um Mestrado e através dele poder fazer a diferença na sociedade.

Aos Haitianos que responderam às entrevistas, sem vocês esta pesquisa não existiria.

A assistência social da cidade de Medianeira, muito obrigada pela contribuição de vocês.

A Cooperativa Central da Frimesa em Medianeira, por abrir suas portas para que esta pesquisa pudesse ser realizada.

Aos colegas do mestrado, em especial, Gracielle e Laisa, pela troca de ideias e informações durante o curso.

A minha amiga Isabella, por me acompanhar e auxiliar durante o período da realização das entrevistas.

A todos que de alguma forma me auxiliaram durante o mestrado e contribuíram com a presente pesquisa.

“Somos todos imigrantes. Ninguém tem moradia fixa nesta terra” (Papa Francisco).

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo central analisar o processo de integração laboral dos haitianos no mercado de trabalho. Tendo como estudo empírico um estudo de caso na Cooperativa Central da Frimesa, localizada no Oeste do Paraná a qual tem como atividade o agronegócio. A hipótese apresentada foi de que as legislações federal e estadual foram essenciais para a incorporação dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho na cidade de Medianeira. A principal estratégia metodológica utilizada foi a análise das legislações federais e estaduais quanto à migração e trabalho. Além da análise das legislações, houve ainda aplicação de entrevistas semiestruturadas a: trabalhadores haitianos que laboram na referida cooperativa, um gestor da cooperativa e a Secretaria de Assistência Social do Município de Medianeira/PR. Foi possível observar a compreensão dos movimentos migratórios, aqui no caso, de haitianos para o oeste paranaense, além da inserção dos mesmos no mercado de trabalho local. As redes sociais de parentesco, amizade e conterraneidade são fundamentais para o sucesso do “empreendimento”. Em muitos casos, mesmo não havendo parentesco ou amizade, há uma ajuda mútua entre os conterrâneos haitianos. Um haitiano ajuda o outro. As redes se constituem e se expandem continuamente. Observou-se ainda que existe a integração laboral, e que os principais fatores responsáveis por esta integração são: as redes sociais criadas por amigos, familiares e outros haitianos os quais colaboram para que o imigrante recém chegado possa entrar no mercado de trabalho, o próprio município que também auxiliar estes imigrantes a se colocarem no mercado de trabalho, e os ajuda a manterem algumas das suas necessidades básicas até que sejam empregados e recebam seus salários, e também, a legislação trabalhista a qual veda a distinção entre brasileiros e estrangeiros, no meio ambiente de trabalho, a princípio, observou-se que a cooperativa cumpre com esta legislação. No entanto, não se pode afirmar que o conceito de trabalho decente seja totalmente aplicado, uma vez que por conta da pandemia causada pela covid 19 não foi possível realizar a segunda etapa das entrevistas. É possível afirmar também que, há um déficit de políticas públicas específicas para imigrantes nas três esferas, com intuito de promoção de integração entre os entes da federação a fim de atender melhor o imigrante que aqui chega.

Palavras-chave: Imigrantes haitianos. Integração laboral. FRIMESA. Legislação.

ABSTRACT

The main objective of the research was to analyze the process of labor integration of Haitians in the labor market. Having as an empirical study a case study in the Central Cooperative of Frimesa, located in the West of Paraná which has the activity of agribusiness. The hypothesis presented was that federal and state laws were essential for the incorporation of Haitian immigrants into the job market in the city of Medianeira. The main methodological strategy used was the analysis of federal and state laws regarding migration and work. In addition to the analysis of the legislation, semi-structured interviews were also applied to: Haitian workers who work at the referred cooperative, a manager of the cooperative and the Social Assistance Secretariat of the Municipality of Medianeira / PR. It was possible to observe the understanding of migratory movements, here in this case, of Haitians to the west of Paraná, in addition to their insertion in the local labor market. Social networks of kinship, friendship and solidarity are fundamental to the success of the "enterprise". In many cases, even if there is no kinship or friendship, there is mutual help between fellow Haitians. One Haitian helps the other. The networks are constituted and expand continuously. It was also observed that there is labor integration, and that the main factors responsible for this integration are: the social networks created by friends, family and other Haitians who collaborate so that the newly arrived immigrant can enter the labor market, himself municipality that also helps these immigrants to put themselves in the labor market, and helps them maintain some of their basic needs until they are employed and receive their wages, and also, the labor legislation which prohibits the distinction between Brazilians and foreigners, in the working environment, at first, it was observed that the cooperative complies with this legislation. However, it cannot be said that the concept of decent work is fully applied, since due to the pandemic caused by covid 19, it was not possible to carry out the second stage of the interviews. It is also possible to affirm that there is a deficit of specific public policies for immigrants in the three spheres, with the aim of promoting integration among the entities of the federation in order to better serve the immigrant who arrives here.

Keywords: Haitian immigrants. Labor integration. FRIMESA. Legislation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Idade e sexo	60
Tabela 2 – Local de nascimento, estado civil e línguas faladas	60
Tabela 3 – Escolaridade e profissão no Haiti	61
Tabela 4 – Último local de residência e com quem veio para o Brasil	62
Tabela 5 – Local de residência atual e data de chegada neste endereço	62
Tabela 6 – Auxílio x dificuldade	63
Tabela 7 – Motivos x expectativas	64
Tabela 8 – Destino x tempo para encontrar emprego	65
Tabela 9 – Primeiro emprego e como chegou à Frimesa	66
Tabela 10 – Dificuldades encontradas no ambiente de trabalho x integração	67
Tabela 11 – Amizades na cooperativa x promoção profissional	68
Tabela 12 – Cooperativistas x futuro na empresa e região	69
Tabela 13 – Pretensão futura	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CERMA	Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e apátridas do Paraná
FRIMESA	Frimesa Cooperativa Central
NEPO	Núcleo de Estudos e população “Elza Berquó”
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIM	Organização Internacional de Migração
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PPGPPD	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino Americana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 TEORIAS MIGRATÓRIAS E REGULAMENTAÇÕES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	20
2.1 TEORIAS MICRO E MACROSOCIOLÓGICAS	23
2.2 TEORIAS MICRO E MACROECONÔMICAS	26
2.3 REGULAMENTAÇÕES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	28
3 DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E O FLUXO MIGRATÓRIO HAITIANO	39
3.1 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO	39
3.1.1 <i>Da Legislação Trabalhista referente ao imigrante</i>	<i>44</i>
3.2 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MIGRATÓRIAS NO CENÁRIO NACIONAL E ESTADUAL.....	48
4 HISTÓRICO DA COOPERATIVA FRIMESA, TRAJETÓRIA DO IMIGRANTE HAITIANO E ANÁLISE DA PESQUISA REALIZADA: COM OS HAITIANOS, COM O GESTOR DA COOPERATIVA E COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA.....	54
4.1 FRIMESA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	54
4.2 TRAJETÓRIA HAITIANA – DO HAITI À REGIÃO OESTE DO PARANÁ.....	56
4.1.1 <i>Análise das entrevistas realizadas junto aos Haitianos na Cooperativa Central Frimesa</i>	<i>60</i>
4.1.2 <i>Análise da entrevista realizada junto ao Gestor na Cooperativa Central Frimesa</i>	<i>70</i>
4.3 ANÁLISE DA ENTREVISTA REALIZADA JUNTO A ASSISTENTE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA.....	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS.....	83

APÊNDICE.....	91
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS IMIGRANTES HAITIANOS.....	92
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO À COOPERATIVA FRIMESA	96
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO À ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA-PR.....	98
APÊNDICE D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTOS E IMAGENS.....	100

1 INTRODUÇÃO

Ante o crescimento de um forte contingente de imigrantes chegando ao país nos últimos anos, evidenciando essa chegada especificadamente na região Oeste do Paraná, em busca de novas condições de vida e munidos de esperanças, há a necessidade no estudo das políticas públicas referentes a essa nova faixa populacional.

O movimento migratório é um fenômeno que ocorre desde os primórdios da humanidade e, vem crescendo nas últimas décadas, sobretudo os fluxos internacionais, a partir do processo de globalização em curso desde os anos 1980/1990. O deslocamento populacional pode ser considerado um processo histórico e social capaz de influenciar os fatores que compõem uma sociedade, além de, exercer influência na estrutura econômica e cultural de um país (MACHADO, 2018).

O deslocamento influencia em várias áreas, tais como na estrutura econômica, cultural, social e demográfica, tanto no país de origem quanto no país que acolhe imigrantes.

Lima *et. al.* (2017) ao abordarem sobre o deslocamento, denotam que os mesmos se originam de diferentes formas ocasionando reflexos de uma sociedade complexa. Esses reflexos abordam sociedades marcadas por instabilidades socioeconômicas, pela violência e a intolerância e não pela igualdade e dignidade.

O processo de migração causa impactos no país que os acolhe, independente dos fatores que levam os indivíduos a emigrar de seu país de origem. Tais impactos ocorrem em diversas áreas, seja econômica, social e de segurança pública, entre outros.

Inobstante da motivação que faz com que o imigrante deixe seu país de origem, o mercado de trabalho se apresenta como uma possibilidade de prosperidade econômica. Cabe destacar, que, ainda que hodiernamente sejam vários os motivos que possam levar aos deslocamentos populacionais, em particular os migratórios, a incorporação ao mercado de trabalho no país de acolhimento se torna, se não o único, sim um dos principais objetivos dos imigrantes.

O movimento trazido pelo deslocamento deles altera diversos setores inclusive a dinâmica do mercado de trabalho desde a saída do país de origem até seu destino. Uma vez que ao realocar a mão-de-obra se faz necessário realizar uma reestrutura econômica e com ela a alteração na distribuição de renda, no perfil do

comércio e ainda, nas taxas de crescimento econômico, local ou regional (CUSTÓDIO, 2016).

O tema abordado até aqui é de relevância para o âmbito acadêmico e das políticas públicas, tendo em vista a relação entre migração e trabalho no país, logo esse vínculo se transforma também em tema de interesse para este estudo.

A presente pesquisa primou em analisar a imigração haitiana rumo ao Brasil e a incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho. Para isso, é importante ressaltar que o Haiti, mesmo antes da catástrofe natural ocorrida em 2010 que dizimou parte da população, já era considerado um dos países mais pobres do mundo. Esta situação de miséria só se agravou após o terremoto, o que fez com que o Brasil fosse visto pelos haitianos, mesmo por aqueles que não residiam na área atingida, como um país “possível” para melhoria da condição de vida, aumentando consideravelmente os fluxos migratórios daquele país em direção ao Brasil. O terremoto ocorrido em 2010 acelera, mas não explica o fenômeno.

A pesquisa delimitou-se ainda, em trabalhar o fluxo migratório haitiano na região Oeste do Estado do Paraná, mais precisamente a fazer um estudo de caso na FRIMESA Cooperativa Central, a qual acolheu grande parte dos imigrantes que aportaram no Oeste do Paraná, oferecendo-lhes oportunidade de trabalho. Mesmo que atualmente o fluxo de haitianos não seja tão intenso como o observado alguns anos atrás, ainda assim acredita-se ser importante a análise proposta, por serem os haitianos amplamente empregados em cooperativas agroindustriais do oeste paranaense, nossa região de estudo. Ao entrevistarmos um gerente da cooperativa em questão, nos foi dito que, apesar de atualmente o número de venezuelanos empregados na cooperativa ser maior, nos últimos tempos houve crescimento no número de haitianos, o que ratifica a importância da investigação.

A região Oeste do Estado do Paraná é considerada um polo cooperativista, detendo diversas cooperativas, com um leque de atividades que variam desde grãos até industrialização de produtos que atendem os mercados interno e externo, tais como, cortes de frango e suínos.

As cooperativas demandam mão-de-obra para suprir toda sua cadeia produtiva, seja nas lavouras, nas granjas e aviários, seja nas indústrias. O Oeste do Paraná é uma região de tríplice fronteira, que além de empregar pessoas nacionais, também emprega mão-de-obra dos países vizinhos.

Por conseguinte, essa abertura no mercado de trabalho aos

imigrantes causa reflexos no comércio local, no cotidiano de toda uma sociedade, inclusive nas políticas públicas locais e regionais.

Ao se referir a mão-de-obra é importante destacar a criação da Organização Internacional de Trabalho (OIT), que foi fundada no final de 1919, como parte do Tratado de Versalhes, pós Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de promover debates sobre condição de trabalho estabelecendo-se assim, convenções com padrões mínimos para o exercício do emprego e das relações de trabalho (OIT, 2020).

Com a promulgação das convenções se oportunizou o acesso de homens e mulheres ao trabalho produtivo, tendo garantias de condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana, condições estas consideradas fundamentais para a “superação da pobreza, a redução de desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável” (OIT, 2020, s/p).

Dentre os debates estabelecidos pela OIT, na 87ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, em junho de 1999, foi estabelecido o conceito de Trabalho Decente, baseado em quatro pilares desenvolvidos através da Declaração da OIT vindo a garantir os princípios e direitos fundamentais do trabalho: direito do trabalho, empregos, seguridade social e diálogo social.

A Política Nacional de Trabalho Decente foi institucionalizada no Brasil em 2003, contemplando a criação da Agenda Nacional de Trabalho Decente definindo-se então, as prioridades para o desenvolvimento de projetos, atividades e o apoio às políticas e programas de redução da pobreza, proteção social e revitalização econômica, para a geração de empregos e consolidação do diálogo social (LEITE, 2019).

Portanto, é possível perceber que há uma preocupação em políticas públicas relacionadas ao trabalho, visto que ele é necessário para a sobrevivência humana, pois, é através do trabalho que se desenvolvem habilidades, relacionamento interpessoal, disciplina e responsabilidade e, principalmente subsistência econômica.

Considerando a necessidade da implantação de políticas públicas relacionadas ao trabalho e o grande número de imigrantes haitianos empregados nas grandes cooperativas da região do Oeste do Paraná, fez-se necessário compreender

o processo de integração¹ dos imigrantes no mercado de trabalho local/regional. Como dito anteriormente, ainda que o fluxo de haitianos tenha diminuído nos últimos anos, a quantidade deles trabalhando na cooperativa estudada, aumentou, segundo relato do gestor da empresa. Tal afirmativa reforça a necessidade de se compreender o fenômeno em análise.

Neste sentido, na presente pesquisa levantou-se o seguinte questionamento: como se deu a integração dos haitianos no mercado de trabalho na região do Oeste do Paraná, especificamente na FRIMESA Cooperativa Central? Quais são os principais elementos que contribuíram para a incorporação destes imigrantes no mercado de trabalho?

Os imigrantes haitianos enfrentaram obstáculos ao se integrar a uma nova sociedade. Esses obstáculos que vão além de barreiras culturais, havendo diversos fatores que limitam uma integração plena, por exemplo, a dificuldade com a língua portuguesa, o que revela a necessidade de estabelecer políticas públicas que possam auxiliar o imigrante integrar-se totalmente na nova realidade.

O objetivo geral deste estudo foi analisar o processo de integração dos haitianos no mercado de trabalho do Oeste do Paraná, tendo como estudo empírico a FRIMESA Cooperativa Central, localizada no município de Medianeira. Nesta linha, buscou-se compreender os principais elementos que contribuíram para esta integração.

Para tanto delimitou-se os objetivos específicos em: a) descrever as principais correntes teóricas que tratam do fenômeno migratório, buscando compreender as distintas matrizes que buscam explicar o fenômeno; e, buscar traçar o perfil e descrever a trajetória do imigrante haitiano até o Oeste do Paraná, uma vez que o entendimento das distintas matrizes teóricas ajuda a compreender a interface entre emigração/imigração e trabalho; b) analisar a legislação pertinente na esfera federal, estadual e municipal, bem como, investigar se há e qual é a normativa utilizada pela FRIMESA no que se refere ao emprego de imigrantes; c) Realizar um diagnóstico da situação dos migrantes haitianos na FRIMESA para que os gestores públicos possam criar políticas públicas efetivas a fim de integrar totalmente o imigrante à nova realidade social e profissional brasileira. Este diagnóstico/perfil/história de vida é fundamental na compreensão da incorporação

¹ Incorporação de um elemento num conjunto – entende incorporar-se, incluir-se, inserir-se e, ainda, associar-se, adaptar-se.

do(a) imigrante na cooperativa estudada.

Partimos da hipótese de que as legislações federal e estadual foram essenciais para a incorporação dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho na cidade de Medianeira.

A metodologia que foi utilizada na pesquisa foi de estudo de caso, que consiste em compreender fenômenos sociais e complexos, mas preservando-se as características reais do movimento migratório. Conforme já dito, este estudo primou em abordar o fenômeno migratório haitiano e sua integração ao mercado de trabalho em específico junto à FRIMESA Cooperativa Central.

Para Estrela (2018) o estudo de caso é

O estudo (ou relato) de caso é o tipo mais básico de estudo descritivo. Costuma ser a primeira abordagem de um tema, e é usado para a avaliação inicial de problemas ainda mal conhecidos e cujas características ainda não foram suficientemente detalhadas. O estudo de caso tem enfoque qualitativo e exploratório, embora muitas facetas possam ser quantificadas. Assim como as pesquisas qualitativas, geralmente é usado em combinação com estudos quantitativos de natureza epidemiológica, para compor um quadro mais completo da situação (ESTRELA, 2018, p. 43).

Quanto aos procedimentos metodológicos foi adotada, em primeiro plano, uma ampla revisão bibliográfica para fazer um compêndio geral do tema, em específico quanto às teorias migratórias, sendo utilizadas bibliografias físicas, mas também na web, em sítios importantes que possuem publicações sobre o tema, como por exemplo o site do NEPO – Núcleo de Estudos e população “Elza Berquó”, que é uma unidade de pesquisa interdisciplinar e multidisciplinar na área de Demografia e Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Em um segundo momento, foram realizadas pesquisas presenciais, tendo sido utilizados questionários semiestruturados com questões abertas e fechadas, que foram aplicadas aos imigrantes/trabalhadores, bem como, ao gestor da Cooperativa e, ainda, questionário junto ao gestor público municipal/Assistente Social, para que se possa apresentar/compreender as políticas públicas de migração utilizadas pelo município sede da Cooperativa.

Assim como a análise bibliográfica/documental sobre a legislação vigente, as entrevistas buscam responder ao problema levantado pela pesquisa, além de contribuírem para os objetivos específicos descritos anteriormente. Estas entrevistas foram realizadas presencialmente na cooperativa com os trabalhadores e

gestor da empresa e na Secretaria de Assistência Social com a Assistente Social entre os dias 06 março e 01 de julho de 2020.

Cabe destacar que inicialmente a intenção era aplicar o estudo na Cooperativa Coopavel no município de Cascavel, mas, perante uma dificuldade de comunicação, optou-se pela FRIMESA Cooperativa Central. A escolha da cooperativa se deu por sua regionalização, ou seja, por estar localizada em cidade interiorana, sendo uma das grandes fontes de emprego do município, além de acolher a população migrante em seu quadro de funcionários. O contato com a cooperativa teve início por telefone junto ao setor de gestão de pessoas, obtendo-se a liberação para ir até a cooperativa e para a aplicação dos questionários e entrevistas.

Cabe salientar que a Cooperativa foi solícita, no entanto, não houve a possibilidade de entrevistar o número total de haitianos que lá laboram, devido à divisão de turnos e também ao tempo que seria disponibilizado. Não era a intenção retirá-los por muito tempo de suas funções, mas o suficiente para que pudéssemos obter dados para a realização da investigação. O número de questionários aplicados aos trabalhadores foi 10 (dez) o que representa 12,5% do número de haitianos que laboram na cooperativa. Ainda assim acredita-se que este número de entrevistados, mesmo sendo uma amostra não probabilística, nos dá uma boa margem para avaliações, não comprometendo a análise do fenômeno estudado.

Na oportunidade em que estevemos na cooperativa e, após a aplicação do questionário e conversa informal com os haitianos, a pesquisadora foi recepcionada pelo gestor responsável pelo setor de recursos humanos, sendo que também pode entrevistá-lo.

Quanto ao questionário aplicado aos haitianos, este foi composto por 28 (vinte e oito) questões iniciando com os dados pessoais, até para que a pesquisa pudesse levantar a idade, gênero e o local de nascimento no Haiti, além do estado civil e os idiomas que dominam. Também possibilitou fazer um levantamento da escolaridade dos entrevistados e a profissão que exerciam em seu país, o questionário também foi capaz de traçar a trajetória deles na chegada ao Brasil com posterior fixação de residência no oeste do Paraná.

No questionário aplicado, foi possível fazer um levantamento sobre se o imigrante recebeu auxílio financeiro na sua chegada, e as dificuldades em acessar os serviços públicos no município e, ainda, saber se o destino era onde hoje se fixou

e o porquê da escolha do Brasil. Foi possível ainda, saber como chegou ao emprego atual e, suas dificuldades na integração laboral e social.

Sobre o questionário aplicado ao gestor do Setor de Gestão de Pessoas, este foi composto por 18 (dezoito) questões que possibilitaram realizar um levantamento de quantos imigrantes haitianos laboram na cooperativa e, ainda saber se a cooperativa recebe auxílio por parte do Estado ou ONG's (organizações não governamentais) no processo de contratação, dentre outras questões. O questionário encontra-se nos anexos desta dissertação, assim como o aplicado aos imigrantes.

O que não se esperava na elaboração deste trabalho, fora a pandemia causada pelo vírus da COVID-19, o que causou uma dificuldade de acesso para conclusão das entrevistas realizadas. A ideia inicial era encontrar ainda, os imigrantes fora do seu local de trabalho para aprofundar algumas questões, dado que, ao responderem na própria empresa, poderiam se sentir intimidados, entretanto, em função da situação pandêmica isto não foi possível. Não obstante, considera-se que as informações coletadas nas entrevistas realizadas na empresa permitiram uma análise do fenômeno proposto, ainda que outras conclusões pudessem surgir com uma segunda rodada de entrevistas.

Mas, mesmo com um pouco de atraso, a pesquisadora teve acesso à Assistente Social do Município de Medianeira, que a recebeu pessoalmente em seu gabinete o que possibilitou além da entrevista uma conversa e troca de experiências com relação à migração haitiana. Sobre esta entrevista com a Assistente Social do Município de Medianeira, foi aplicado um questionário contendo 14 (quatorze) questões sobre políticas públicas do município para acolhimento de imigrantes, auxílios desprendidos, além de oferta de cursos para auxiliar o imigrante a superar os obstáculos em uma nova terra.

A presente pesquisa utilizou ainda os métodos de natureza qualitativa e quantitativa, visto que o primeiro identifica as características de situações, eventos e organizações e, o segundo possibilita mensurar opiniões, hábitos, atitudes e reações por meio do universo pesquisado (FREITAS; JABUR, 2011).

A opção pela pesquisa de natureza qualitativa, se deu devido a uma ampla área de investigação. Neste Sentido, Yin (2016, p. 21) aborda a pesquisa como uma diversidade, afirmando que “devido a sua relevância para diferentes disciplinas e profissões desafia qualquer um a chegar a uma definição sucinta (...), cada termo implica um amplo conjunto de pesquisa abarcada uma diversidade”.

Para o mesmo autor, há cinco características da pesquisa qualitativa, as quais foram fontes para escolha dela, na elaboração desta dissertação, são elas,

1. estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real;
2. representar as opiniões e perspectivas das pessoas (rotuladas neste livro como os *participantes*) de um estudo;
3. abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem;
4. contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano; e
5. esforçar-se por usar *múltiplas fontes de evidência* em vez de se basear em uma única fonte (YIN, 2016, p. 21).

Nos dizeres de Apolinário (2016, p. 22) “é muito difícil que haja alguma pesquisa totalmente qualitativa, da forma que é bastante improvável existir pesquisa completamente quantitativa”. Com base na afirmação do autor, optou-se também pela pesquisa quantitativa. E, para Estrela (2018, p. 109) “a busca de explicações objetivas para os fenômenos tem levado à ênfase nos dados números, que constituem a base da pesquisa quantitativa”.

Além da *Introdução* e das *Considerações Finais*, a dissertação foi dividida em 4 outros capítulos, conforme especificações a seguir:

No capítulo 2 (Pós-introdução) apresentou-se uma breve discussão sobre algumas distintas correntes teóricas que tratam do fenômeno migratório, evidenciando o dizer de Weber (*apud* SASAKI; ASSIS, 2000) que avaliou a migração como um fator incidental, tendo como consequência a criação de novas classes sociais e grupos de status étnicos, além de expor sobre a integração do imigrante no mercado de trabalho evidenciando o conceito de trabalho decente formalizado pela OIT.

Em sequência, no capítulo 3, buscou-se expor sobre as políticas migratórias, fazendo inicialmente uma exposição sobre o princípio da dignidade humana e as relações de trabalho, além de expor sobre a legislação trabalhista aplicada ao estrangeiro, com o intuito de apresentar a necessidade de políticas públicas efetivas para inserção do imigrante no labor nacional, além da análise da imigração haitiana no Brasil, fez-se um apanhado do fenômeno ocorrido no Estado do Paraná, com enfoque especial na região Oeste do Estado.

No quarto e último capítulo fez-se um breve histórico sobre a cooperativa Frimesa, analisou-se as entrevistas realizadas e discorreu sobre o processo de integração dos haitianos no mercado de trabalho no Oeste do Paraná, através de um estudo de caso da FRIMESA Cooperativa Central.

As considerações finais trouxeram um compêndio geral sobre cada capítulo e um breve resumo das conclusões alcançadas com a análise geral da pesquisa.

2 TEORIAS MIGRATÓRIAS E REGULAMENTAÇÕES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Diversos motivos levam as pessoas a migrarem de suas terras ao desconhecido, tais como, motivação política, social, econômica, religiosa e ideológicas.

O deslocamento das pessoas de seu país de origem tem influência de diversas áreas e, essa influência tem reflexos tanto no país pátrio quanto no país que acolhe.

Neste sentido, Lima *et. al.* (2017) apontam em seu estudo, baseado em relatos da OIM sobre refúgio no Brasil, caracterização dos perfis sócio demográficos dos refugiados no período de 1998/2014, que a migração humana “apresenta-se com padrões muito distintos daqueles constatados no século XIX e no início do século XX, tendo sua maior expressão na circulação internacional de mais de 232 milhões de pessoas”. Vale ressaltar que, os relatos da OIM utilizados pelos autores foram realizados em 2013.

Dados atualizados pelo Ministério da Justiça e Segurança Nacional (2019), publicados em agosto de 2019, apresentam os haitianos, venezuelanos e colombianos como as três nacionalidades com maior número de imigrantes no Brasil em 2018, além de expor os dados constantes no Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais OBMigra 2019, dão conta que de 2010 a 2018 foram registrados no Brasil 774,2 mil imigrantes, considerando todos os amparos legais.

Antes de expor sobre as teorias migratórias, se faz necessária uma breve explanação conceitual de migração.

Para Nolasco (2016),

A maleabilidade conceitual de migrações varia num intervalo entre dois extremos dicotômicos, em que em um dos lados a definição é tão ampla que inclui todas as formas de mobilidade, e no outro, pelo contrário, é tão restrita que exclui da concepção determinados movimentos (NOLASCO, p. 2).

O autor ainda se utiliza dos dizeres de Peixoto (1998) que aborda a definição mais rigorosa de migração, afirmando que,

Uma definição rigorosa da noção de ‘migrações’ é mais complexa do que, à primeira vista, poderia parecer. Apesar de ser fácil distinguir, em certos

contextos, um 'migrante' de um 'não migrante', a quantidade de situações 'mistas' coloca problemas inesperados a uma definição do termo (PEIXOTO, p. 13 apud NOLASCO, 2016, p.2).

Para Guimarães (2010) migração se define através de um fluxo muito grande e intenso de pessoas que se deslocam de uma região à outra, ou seja, é a entrada e saída de pessoas. Já Brumes e Silva (2011) tratam a migração sob dois vértices, o primeiro como uma tendência tradicional dando ênfase a questões econômicas como a principal motivação do deslocamento de uma região à outra e, segundo, como teoria social e, a título de exemplo cita as redes sociais.

Para Nolasco (2016), a migração passou ser um fenômeno complexo, plural e múltiplo, tendo diversos tipos de migrações, para organizar melhor esta diversidade, utilizou-se a “tipologização” em diferentes categorias conforme as suas características mais evidentes.

O autor exemplifica a tipologia elaborada por Fairchild datada de 1925 que buscou clarear as formas de deslocamento humano sob uma ótica mais histórica, distinguindo-se assim, quatro formas de mobilidade, sendo,

Invasão, exemplificada como a invasão visigoda durante o império romano; *Conquista*, cuja mobilidade resulta na iniciativa de povos com cultura superior; *Colonização*, na qual países mais fortes descobrem e submetem povos mais débeis; *Imigração*, com a deslocação pacífica de indivíduos entre países que têm aproximadamente o mesmo desenvolvimento civilizacional. Segundo o Fairchild, as causas para estes distintos movimentos migratórios têm que ser muito poderosas, porque a tendência do ser humano é permanecer no local ao qual pertence (NOLASCO, 2016, p. 6).

Petersen em 1958 elabora uma nova tipologia passando a assumir uma contestação a alguns pontos apresentados por Fairchild, evidenciando que ninguém morre no sítio em que nasce, ou seja, não há um sedentarismo e nomadismo que seriam condição da natureza humana, pelo contrário, a mobilidade ou o imobilismo são considerados pelo autor, produto do contexto social e cultural, tornando-se assim, a migração um fenômeno social (NOLASCO, 2016).

Ainda, sobre a tipologia formulada por Petersen, Nolasco (2016) a aborda de duas formas, a primeira - com relação às forças que determinam a propensão para emigrar, sendo elas pressão ecológica, política, aspirações individuais e social; e, segundo – relaciona-se com a intencionalidade por parte do sujeito migrante, propondo-se ou mantendo-se determinadas condições de vida, ou uma

atitude que leva a melhoria desta condição. E, na concepção de Petersen (1958) há cinco tipos distintos de migração,

Primitiva, suscitada por condições ecológicas; *forçada*, determinada pelo Estado ou outra instituição social; *impelida*, os indivíduos têm parcialmente a faculdade de decidir sobre o ato migratório; *livre*, dependente da vontade dos indivíduos, mas reduzida em dimensão; *massiva*, quando a vontade migratória se expressa numa conduta coletiva (PETERSEN, p. 266 apud NOLASCO, 2016, p. 7)

Salienta-se que pós-formulação da tipologia realizada por Petersen, outras surgiram, evoluindo, e adquirindo novas motivações, enquadramentos legislativos, crescendo em complexidade e amplitude, como por exemplo, as tipologias de *Appleyard* desenvolvida em 1991 que dividiu sua concepção em seis tipos, sendo: migrantes permanentes; trabalhadores temporários que podem se tornar permanentes, profissionais de empresas transnacionais; trabalhadores clandestinos e ilegais; migrantes demandantes de asilo político; refugiados.

Em Portes (1999) também apresenta uma nova tipologia incorporando o imigrante na comunidade destino, apresentando três níveis de reação, o tipo de política migratória, a atitude da sociedade em relação à recepção do migrante e à comunidade étnica no país de destino.

Por fim, Cohen (2005) também apresenta sua tipologia, afirmando que nas últimas décadas, mesmo com restrições, controles e formas de seleção à imigração, houve um aumento considerável de migrações sendo possível distingui-las em oito tipos, sendo: migração de trabalho legal; ilegais e indocumentados; refugiados e pessoas deslocadas; feminina independente; migrantes especializados de passagem, migrantes especializados de longa duração; movimentos internos em grande escala e turismo (NOLASCO, 2016)

Peixoto (2004, p. 3) ao abordar sobre migração afirmou que “tem sido desenvolvido sob diversas perspectivas teóricas, cujo conhecimento recíproco tem permitido grandes benefícios”. O Autor utiliza-se dos dizeres de Jansen (1969), ao falar sobre a inexistência de uma teoria geral da migração,

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada

de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante (JANSEN, p. 60 apud PEIXOTO, 2004, p. 4).

Vistos a tipologia dos termos, passa a expor sobre as teorias micro e macrossociológicas.

2.1 TEORIAS MICRO E MACROSOCIOLÓGICAS

O tema migração, segundo Sasaki e Assis (2000, p. 2) “não era uma questão relevante para os estudos sociológicos da virada do século XIX para XX”, ainda que em 1885, Ravenstein tenha publicado um primeiro grande estudo sobre movimento migratório interno no Reino Unido, sendo considerado precursor das pesquisas sobre o tema.

Em 1988, Richmond analisou os autores clássicos da sociologia e economia, como Malthus, Marx, Durkheim e Weber e suas abordagens quanto ao tema migração e afirmou que:

Segundo Malthus, a migração era vista como uma consequência inevitável da superpopulação. O novo mundo possibilitava um espaço para as migrações temporárias para fugir do ciclo da pobreza e miséria. Este pensamento derivava de sua concepção de que a população crescia em ordem geométrica, enquanto a capacidade de gerar tecnologias crescia em ordem aritmética.

Já Marx discordava de Malthus, cuja visão ele considerava reacionária, pois apontava para a inevitabilidade e/ou naturalização da pobreza. Marx colocava a culpa do quadro de pobreza nos empreendedores capitalistas que deliberadamente abaixavam os salários para maximizar seus ganhos. Ao examinar os efeitos das mudanças econômicas e políticas na França, Irlanda, e Escócia, Marx realçou a cumplicidade dos governos e dos militares na coerção de camponeses e pequenos proprietários para migração, através de movimentos de cercamentos (enclosures), autorização de partida e assistência estatal aos movimentos de emigração. Durkheim reconhecia claramente a migração como um dos fatores de quebra das comunidades tradicionais mantidas juntas pelos laços de solidariedade mecânica. A transição para a solidariedade orgânica, baseada numa divisão social de trabalho e interdependência econômica, era frequentemente acompanhada pela anomia, ou o colapso do sistema de valores comuns, que resultava em desintegração social, que, por sua vez, poderia levar a consequências patológicas. Tais consequências incluíam crime, suicídio e conflito de grupo. Max Weber percebia a migração de forma menos definida. Como Marx e Durkheim, Weber estava concentrado nas consequências da industrialização e crescimento do capitalismo. Ele estava impressionado com os efeitos desintegradores e notava a importância da religião, particularmente pelo que chamou de “ética protestante”, a qual reconhecia como condição necessária para acumulação de capital e para impor um código de disciplina sobre a

força de trabalho. Weber dizia que a migração era um fator incidental, criando novas classes sociais e grupos de status étnicos (RICHMOND, 1988 apud SASAKI; ASSIS, 2000, p. 2-3).

Nota-se uma análise voltada ao desenvolvimento do capitalismo, movida pela industrialização, urbanismo e o deslocamento populacional. Sasaki e Assis (2000) abordam que os sociólogos americanos, no início do século XX, viam a migração como um problema, tendo em vista o descolamento populacional da Europa para o chamado novo mundo, em especial os Estados Unidos.

Sobre o processo de teorização do conhecimento sobre migração Guimarães (2010, p.1) realiza uma abordagem sobre a característica deste processo, baseada na heterogeneidade de enfoques, afirmando que “nenhuma teoria completa ainda foi validada”.

Thomas & Znaniescki influenciaram fortemente os estudos sobre migrações através de sua obra “The Polish Peasant in Europe and America” (1918), embora a obra detivesse um objeto específico, a migração de cerca de dois milhões de poloneses para América entre os anos de 1880 e 1910, o que demonstrou como o processo de migração é capaz de realizar uma quebra nos laços de solidariedade e principalmente no sistema familiar (SASAKI; ASSIS, 2000).

No estudo sobre as teorias migratórias micro e macrossociológicas, Peixoto (2004) avalia como um grande conjunto de teorias que se designam por macrossociológicas e, apresentam como um ponto comum e fundamental o privilégio analítico concebido ao agente individual. O autor ainda, explica que ao “abordar o tema migratório é comum à sociologia mais geral (...) uma linha de pensamento deste tipo tem sido caracterizada, pelo menos desde Weber, por atribuir relevo às capacidades individuais de ação”.

Nos dizeres de Lacerda é possível perceber dentro da microsociologia certas influencias do pensamento weberiano,

Para Weber, a ação social, embora seja na esfera do indivíduo, nunca é um fenômeno isolado, isto é, está sempre em função do outro ou de outros. Uma ação social estabelece-se com base na reciprocidade e para a sociologia de Weber, compreender uma ação é captar e interpretar sua conexão de sentido (...) Weber então trabalha com a perspectiva compreensiva hermenêutica, a qual considera que a realidade nunca pode ser compreendida em sua totalidade somente fragmentações de realidade. Por isso trabalha com a criação de conceitos ou ‘tipos ideais’, com o intuito de criar recortes puros da realidade, estabelecendo parâmetros para analisar até que ponto o objeto que se pretende compreender se aproxima dessa realidade pura/ideal (LACERDA, 2014, p. 161).

Peixoto (2014) aborda como teoria micro o modelo *push-pull* e o capital humano, onde grande parte dos textos clássicos sobre o tema se apresentam com um pensamento econômico neoclássico, onde o principal motivo de uma migração era o desejo do agente individual em ter sua condição de vida alterada, essa motivação representa a essência do modelo de *push-pull*.

Para Lacerda (2014, p. 162) já o modelo “*push-pull* da Escola Neoclássica considera o indivíduo como um agente racional que visa a migração para melhorar de vida”.

Quanto ao capital humano, a análise realizada é sob a perspectiva de que a migração é realizada com um mapa de custos/benefícios. O custo se relaciona ao investimento realizado para uma migração e, são vários: profissional, infraestrutura, formação e aprendizagem, deslocamento, adaptação. E, os benefícios em contrapartida se referem ao aumento de rendimentos, tendo-se então, a ideia de investimento no capital humano, esse modelo é reforçado por Sjaastad (1962) que argumenta que, a migração não deve ser vista isoladamente como investimento complementar, seja na educação ou formação que muitas vezes são fatores determinantes para rentibilizar a mobilidade (PEIXOTO, 2004).

Sobre o modelo de capital humano Lacerda (2014, p. 162) explica que “a escolha racional calculada em cima de informações que buscam a melhor decisão para melhorar de vida se mantém”.

A autora acima, ainda faz uma distinção entre os modelos, afirmando que,

A diferença entre essa teoria e a anterior se encontra na perspectiva de tempo: para a teoria do *push-pull* a escolha é feita em cima de cálculos racionais que consideram resultados imediatos ou em curto prazo; para a teoria do capital humano, a escolha por migrar leva em consideração os resultados de longo prazo. Esse descolamento de tempo permite, também, o deslocamento da unidade de análise, deslizando-se do indivíduo para a família (LACERDA, 2014, p. 162).

Sob influência do pensamento marxista, as teorias macrosociais são baseadas e, compartilham do pressuposto da existência de uma estrutura econômica ligada a uma superestrutura política, social e cultural.

Para Lacerda (2014, p. 164) as teorias macrosociais são munidas de “uma estrutura de constrangimentos externos criados pelos ambientes

socioeconômicos que influencia na nas ações dos indivíduos”. O que mais importa nessas teorias não é a centralização de uma ação racional individual que busca analisar motivações isoladas, pelo contrário, para entender as teorias, se faz necessário compreender a estrutura na qual o indivíduo se insere e as motivações que o levaram à escolha do ato de migrar.

Sob esse aspecto o indivíduo não é o ator principal, o que se analisa são os constrangimentos que o levaram a migração, havendo assim, uma relação dialética entre o agente e a estrutura do ato de migrar.

2.2 TEORIAS MICRO E MACROECONÔMICAS

Lessa (2016), sobre as teorias microeconômicas, abordou que as mesmas, defendem que os indivíduos são seres racionais, com capacidades de ordenar suas preferências realizando pensamentos racionais, capazes de maximizar a utilidade de suas escolhas.

Santos (2010) também avaliou as teorias micros, afirmando que,

Os indivíduos escolherão como destino, locais, onde, levado em consideração as suas habilidades pessoais, passam ser produtivos. No cálculo racional desenvolvido pelo migrante, este levaria em consideração o salário que irá receber e os custos associados ao movimento (SANTOS, 2010, p. 57).

Como ser racional o imigrante é capaz de decidir e calcular os custos e benefícios para migrar, escolhendo como seu destino, locais que possibilitem colocar em prática suas habilidades sociais (LESSA, 2016).

E, analisando as teorias econômicas sobre a imigração, Lessa (2016) encontrou vários autores e destacou cada um, como por exemplo, a teoria de Borjas (1989) fundada nas habilidades que contribuem para imigração, avaliando o processo de adaptação no país de acolhimento e seus impactos na economia. Outro exemplo trazido pela autora é a de Backer (1993) e a teoria do Capital Humano, a qual defendeu que os indivíduos usam sua racionalidade afim de avaliarem os custos e benefícios de suas atividades e hábitos.

Santos (2010) sobre os dois teóricos acima, afirmou que Borjas tinha como foco a existência de um mercado de migração que selecionava imigrantes para os diversos países receptores e, que estes competiam entre si, com base nas políticas

de imigração tendo como objetivo a captação de capital humano e físico sob a alegação de que mudanças nos níveis de atividades econômicas impactariam no fluxo migratório. Quanto à teoria do capital humanos também considerou Backer (1993) como um dos principais autores, o mesmo considerou o indivíduo com capacidade racional de avaliação, capaz de abordar os custos e os benefícios das atividades e hábitos que desenvolvem. Segundo Santos (2010, p. 58) “Borjas ressalta a influência de Backer na forma como o processo de adaptação do imigrante dentro do país receptor é abordado pelas teorias econômicas”.

Ainda sobre as teorias micro, uma nova teoria foi proposta e pressupôs que a decisão de migrar não consiste apenas em tomar a decisão de forma isolada, mas em uma decisão coletiva, estando ligadas ao domicílio ou outra unidade de produção e consumo, mesmo na ausência de diferentes pisos salariais, as migrações continuaram a ocorrer ao contrário do que pensam os teóricos neoclássicos (LESSA, 2016).

Nesse vértice observou Mincer (1977), no final da década dos 70, que os laços familiares, denominados por ele de “Family ties”, eram um fator que afetava diretamente a migração e analisou seus efeitos, suas probabilidades e suas mudanças, concluindo que as famílias tendem a migrar menos sob a razão dos retornos da migração serem menores do que os custos que a envolvem (LESSA, 2016).

Bassan (2017) citou Mincer como o teórico que definiu os laços familiares como fator decisório para migrar, e classificou a imigração familiar como *tied stayers* e, como definição do termo, o imigrante individual por não compensar migrar com a família, por exemplo, pelo custo que envolveria.

A teoria de Harbison (1981) no início da década de 80 se apresenta como uma teoria atual e completa, abordando diferentes aspectos da família que afetam a decisão de migrar e dentre os aspectos estão a estrutura social e demográfica (LESSA, 2016).

Ressalta-se que, os aspectos citados pela autora ao afirmar que a teoria de Harbison era atual e completa se dá pelo fato de levar em consideração a estrutura demográfica, tamanho da família, idade, sexo, estágio do ciclo da vida e, vários aspectos da estrutura social das famílias, tais como parentesco padrão, influencia a disponibilidade, expectativas, movimento e incentivos em relação à migração. Sob o aspecto macro das teorias migratórias sob o foco econômico, as

mesmas se deram nas regularidades encontradas em Ravenstein (1885) e Lee (1966) que realizaram estudos estatísticos sobre movimentos populacionais internos ocorridos na Inglaterra, sendo considerados pioneiros nestes estudos e, identificaram neles atributos individuais como idade, gênero, educação e atividade profissional como fatores responsáveis pela seletividade dos imigrantes e o desenvolvimento do capitalismo (LESSA, 2016).

Chega-se agora a um ponto importante deste estudo, visto que a migração ocorrida em certas etapas durante o ciclo da vida de um indivíduo tende a ter características intermediárias entre a população local de origem e, a do local de destino.

2.3 REGULAMENTAÇÕES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

O tópico que aqui se inicia tem o intuito de realizar uma abordagem acerca das regulamentações das relações de trabalho.

Quanto à legislação internacional que regulamenta as relações de trabalho, inicialmente cabe lembrar-se da Convenção n. 97, que fora adotada na Conferência Geral da OIT, em Genebra em 1949 e atualmente a Lei Federal Brasileira nº 13.445/2013 sob o óbice de proteger o trabalhador estrangeiro.

Dal Cortivo (2018) explana sobre a OIT evidenciando seus primeiros quarenta anos de história, onde afirma que,

Durante seus primeiros quarenta anos de existência, a OIT consagrou a maior parte de suas energias a desenvolver normas internacionais do trabalho e a garantir sua aplicação, a eclosão da Segunda Guerra Mundial interrompeu temporariamente esse processo. Em 1944, os delegados da XV Conferência Internacional do Trabalho adotaram a Declaração de Filadélfia à sua Constituição, que estabelece, desde então, a Carta de Princípios e Objetivos da OIT. Reafirmava o princípio de que a paz permanente só pode estar baseada na justiça social e estabelecia quatro ideias fundamentais, que constituem valores e princípios básicos da OIT até hoje: **que o trabalho deve ser fonte de dignidade, que o trabalho não é uma mercadoria, que a pobreza, em qualquer lugar, é uma ameaça à prosperidade de todos e que todos os seres humanos tem o direito de perseguir o seu bem estar material em condições de liberdade e dignidade, segurança econômica e igualdade de oportunidades.** A OIT, em 1946, se transforma em sua primeira agência especializada. Em 1969 a OIT recebeu o Prêmio Nobel da Paz. A OIT desempenhou um papel importante na definição das legislações trabalhistas e na elaboração de políticas econômicas, sociais e trabalhistas durante boa parte do século XX. Os Estados Membros da OIT, pelo simples fato de tê-lo e de terem aderido à sua Constituição, são obrigados a respeitar esses direitos e princípios, havendo ou não ratificado as convenções a eles correspondentes. Dois estudos publicados pela OIT em 2008, entre 1995 e 2007, demonstraram que em 70% dos países analisados, diminuiu a

porcentagem dos salários no PIB e aumentou a desigualdade de renda. **Um desses estudos assinala ainda que um dos fatores que impediram o aumento da desigualdade social em alguns desses países, ou fizeram com que ele ocorresse em menor escala, foram as políticas de salário mínimo e os processos de negociação coletiva** (grifo meu) (DAL CORTIVO, 2018, p. 43-44).

Cabe ressaltar neste momento, o conceito de trabalho decente formalizado pela OIT em 1999, que teve como missão pontual promover oportunidades para que homens se tornem produtivos, porém, com condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana, reduzindo-se as desigualdades sociais.

Tem-se a dizer ainda, que a OIT tratou o conceito de trabalho decente com o intuito de alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável, que fora definido pelas Nações Unidas, nos moldes do ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 8, onde seus principais aspectos acerca do conceito foram incluídos de forma ampla às metas de muitos outros ODS da agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, sob este aspecto, tem-se a dizer ainda, que o conceito é o ponto convergente de quatro estratégicos objetivos da OIT, são eles:

1. o respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil);
2. a promoção do emprego produtivo e de qualidade;
3. a ampliação da proteção social;
4. e o fortalecimento do diálogo social (OIT, 2020).

Dal Cortivo (2018) explana sobre o trabalho decente no Brasil, evidenciando que,

Além da promoção permanente das Normas Internacionais do Trabalho, do emprego, da melhoria das condições de trabalho e da ampliação da proteção social, a atuação da OIT no Brasil tem se caracterizado, no período recente, pelo apoio ao esforço nacional de promoção do trabalho decente em áreas tão importantes como o combate ao trabalho forçado, ao trabalho infantil e ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e comercial, à promoção da igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça no trabalho e à promoção de trabalho decente para os jovens, entre outras. Em maio de 2006, o Brasil lançou a Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD), a agenda define três prioridades: a geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; a erradicação do trabalho escravo e eliminação do trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e o fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática. O Brasil é pioneiro no estabelecimento de agendas subnacionais de Trabalho Decente, as

organizações de empregadores e de trabalhadores devem ser consultadas permanentemente durante o processo de implementação da Agenda (DAL CORTIVO, 2018, p. 45).

Observa-se pela explanação do autor que o trabalho digno é substanciado por três condições, respeito, satisfação e, liberdade para o exercício.

Cabe ressaltar os dizeres de Pereira (2017, p. 39) onde afirma que o Brasil “foi um dos pioneiros no engajamento do trabalho decente, estabelecendo agendas nacionais acerca do tema”.

A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável é segundo as Nações Unidas (2015, s/p) “um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para prosperidade”. Agenda foi composta por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas, sendo que tantos os objetivos quanto metas vieram para estimular a ação para os próximos quinze anos (ou seja, instituída em 2015 perdurará até 2030) em área de importância crucial para a humanidade e para o planeta.

O trabalho decente se encontra vinculado ao objetivo 8 da Agenda 2030 com o intuito de promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, para tanto neste objetivo são elencados 10 itens, a seguir,

8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos;

8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra;

8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros;

8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança;

8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor;

8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação;

8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas;

8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.

8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais

8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos

8.a Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos

8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT] (grifo meu) (ONU, 2015, s/p).

Destaca-se o reconhecimento da contribuição positiva dos migrantes na Agenda 2030 no item 29 de sua declaração,

29. Reconhecemos a contribuição positiva dos migrantes para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável. Reconhecemos também que a migração internacional é uma realidade multidimensional de grande relevância para o desenvolvimento dos países de origem, de trânsito e de destino, o que exige respostas coerentes e globais. Iremos cooperar internacionalmente para garantir uma migração segura, ordenada e regular que envolve o pleno respeito pelos direitos humanos e o tratamento humano dos migrantes, independentemente do status de migração, dos refugiados e das pessoas deslocadas. Essa cooperação deverá também reforçar a resiliência das comunidades que acolhem refugiados, particularmente nos países em desenvolvimento. Destacamos o direito dos migrantes de regressar ao seu país de cidadania, e recordamos que os Estados devem assegurar que os seus cidadãos nacionais que estão retornando sejam devidamente recebidos (ONU, 2015, s/p).

O Ministério da Relações Exteriores ao abordar a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável em nota publicou,

A Agenda 2030 não se limita a propor os ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável), mas trata igualmente dos meios de implementação que permitirão a concretização desses objetivos e de suas metas. Esse debate engloba questões de alcance sistêmico, como financiamento para o desenvolvimento, transferência de tecnologia, capacitação técnica e comércio internacional. Além disso, prevê mecanismos de acompanhamento dos ODS e de suas metas, para auxiliar os países a comunicar seus êxitos e a identificar seus desafios, bem como a traçar estratégias e a avançar em seus compromissos com o desenvolvimento sustentável. No nível global, o principal mecanismo de acompanhamento é o Fórum Político de Alto Nível (HLPF, na sigla em inglês), criado a partir da Rio+20 para suceder a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O HLPF oferece à comunidade internacional plataforma global para fornecer liderança política, orientações e recomendações para acompanhar a implementação dos ODS. O Fórum reúne-se anualmente, em nível ministerial, sob os auspícios do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU. A cada

quatro anos, é realizada, em setembro, a Cúpula dos ODS, em nível de chefes de Estado, sob os auspícios da Assembleia Geral (AGNU), com vistas a analisar a implementação de todos os ODS. O HLPF busca ressaltar iniciativas que têm resultados positivos, no âmbito do cumprimento da Agenda 2030, e orienta ações que devem ser aprimoradas, com foco na erradicação da pobreza, no crescimento econômico e na sustentabilidade do planeta. Também desempenha a função de acompanhamento global dos ODS, por meio de dois principais mecanismos: (i) debates gerais sobre temas anuais"; e (ii) seguimento das estratégias nacionais de implementação mediante apresentação dos "Relatórios Nacionais Voluntários" (RNVs). A apresentação dos Relatórios começou em 2016 e ocorrerá ao longo dos 15 anos de vigência da Agenda 2030, período em que os países são encorajados a apresentar seu relatório nacional ao menos uma vez. Desde a entrada em vigor da Agenda 2030, mais de 120 países submeteram suas contribuições, mostrando compromisso com o enfrentamento dos maiores desafios globais para o desenvolvimento sustentável do planeta. O Brasil apresentou seu primeiro RNV em 2017, no qual tratou das estruturas institucionais colocadas em operação para incorporar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas políticas públicas (BRASIL, 2019, s/p).

No Brasil em 2003, fora assinado pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Diretor-Geral da OIT, Juan Somaiva o Memorando de entendimento que prevê o estabelecimento de um Programa Especial e Cooperação Técnica para a promoção de uma Agenda Nacional de Trabalho Decente sob consultas às organizações de empregadores e trabalhadores e, em maio de 2006 durante a XVI Reunião Regional Latino-Americana da OIT realizada em Brasília, foi elaborada a Agenda Nacional de Trabalho Decente (OIT, 2020).

A Agenda Nacional de Trabalho Decente traz um conceito,

O Trabalho Decente é uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Entende-se por Trabalho Decente um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna (ANTD, 2006, p. 5).

E, para promovê-lo destaca,

A promoção do Trabalho Decente é considerada uma prioridade política do Governo brasileiro, assim como dos demais governos do hemisfério americano. Essa prioridade foi discutida e definida em 11 conferências e reuniões internacionais de grande relevância, realizadas entre setembro de 2003 e novembro de 2005. Entre estas se destacam a Conferência Regional de Emprego do Mercosul (Buenos Aires, abril de 2004), a XIII e a XIV Conferências Interamericanas de Ministros do Trabalho da Organização dos Estados Americanos (OEA) – Salvador, setembro de 2003, e Cidade do México, setembro de 2005 –, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) – Nova York, setembro de 2005 – e a IV Cúpula das Américas – Mar del Plata, novembro de 2005 (ANTD, 2006, p. 5-6).

O Memorando de entendimento estabeleceu quatro áreas prioritárias que embasaram a agenda,

- a) geração de emprego, micro finanças e capacitação de recursos humanos, com ênfase na empregabilidade dos jovens;
- b) viabilização e ampliação do sistema de seguridade social;
- c) fortalecimento do tripartismo e do diálogo social;
- d) combate ao trabalho infantil e à exploração sexual de crianças e adolescentes, ao trabalho forçado e à discriminação no emprego e na ocupação (ANTD, 2006, p. 8).

Quanto a prioridade 1 “geração de emprego, micro finanças e capacitação de recursos humanos, com ênfase na empregabilidade dos jovens”, a agenda destacou os resultados esperados, linhas de ações e políticas públicas de emprego, administração e inspeção do trabalho, políticas de salário e renda, promoção da igualdade de oportunidade e de tratamento e combate à discriminação, condições de trabalho e, quanto a prioridade 1, tem-se,

Resultados Esperados: a) Política Nacional de Emprego elaborada e implementada em um processo de diálogo com os interlocutores sociais. b) Metas de criação de emprego produtivo e de qualidade incorporadas nas estratégias nacionais de desenvolvimento econômico e social (incluindo as estratégias de redução da pobreza e da desigualdade social) e nas políticas setoriais (industrial, agrícola, agrária, de promoção do turismo e de promoção da economia criativa). **Linhas de Ação:** Investimento Público e Privado e Desenvolvimento Local e Empresarial para a Geração de Emprego: a) Fomento do investimento público e privado em projetos e setores produtivos com maior capacidade de geração de emprego. b) Promoção do desenvolvimento local, das redes ou cadeias produtivas e dos arranjos produtivos locais, com foco no fortalecimento das micros e pequenas empresas e de programas de economia solidária e cooperativas. c) Ampliação do acesso das micros e pequenas empresas, das cooperativas e dos empreendimentos da economia solidária e da agricultura familiar ao crédito e demais recursos produtivos. **Políticas Públicas de Emprego, Administração e Inspeção do Trabalho** a) Fortalecimento do sistema público de emprego, trabalho e renda, como agente de integração das políticas ativas e passivas de mercado de trabalho (seguro-desemprego, orientação profissional, intermediação de mão-de-obra, qualificação e certificação profissional, produção e gestão de informação sobre o mercado de trabalho e fomento ao empreendedorismo). b) Fortalecimento de políticas e programas de promoção do emprego de jovens, em consonância com as recomendações da Rede de Emprego de Jovens (Youth Employment Network – YEN), bem como com a Resolução adotada pela Conferência Internacional do Trabalho sobre Emprego de Jovens (junho de 2005). c) Fortalecimento da inspeção e da administração do trabalho. **Políticas de Salário e Renda** a) Recuperação e valorização do salário-mínimo como instrumento de política salarial e de melhoria da distribuição de renda. b) Aperfeiçoamento dos programas de transferência de renda condicionada e sua articulação com as políticas de geração de emprego, trabalho e renda e de desenvolvimento econômico local. **Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento e Combate à Discriminação** a) Desenvolvimento de ações de promoção da igualdade de gênero e raça no mercado de trabalho, focalizadas especialmente nos seguintes aspectos: – eliminação das barreiras de entrada das mulheres, especialmente das mais

pobres, no mercado de trabalho; – diminuição das taxas de desemprego e aumento das taxas de ocupação; – diminuição das desigualdades de rendimento entre homens e mulheres, brancos(as) e negros(as); – diminuição da informalidade e aumento da proteção social. b) Implementação de programas e ações de combate à discriminação no trabalho, com atenção especial para mulheres, população negra, jovens, idosos, pessoas vivendo com HIV/Aids e pessoas com deficiência. Efetiva aplicação das seguintes convenções da OIT: Convenção nº 100, de 1951, sobre igualdade de remuneração para trabalho de igual valor; Convenção nº 103, de 1952, sobre proteção à maternidade; Convenção nº 111, de 1958, sobre discriminação em matéria de emprego e ocupação; promoção da ratificação da Convenção nº 156, de 1981, sobre trabalhadores com responsabilidades familiares.

Extensão da Proteção Social a) Desenvolvimento de mecanismos de extensão progressiva da proteção social para os trabalhadores e trabalhadoras da economia informal. b) Melhoria das condições de trabalho, renda e proteção social de trabalhadoras e trabalhadores domésticos, assegurando-lhes todos os direitos trabalhistas previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). c) Melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores migrantes. d) Promoção da ratificação da Convenção da OIT nº 102, de 1952, sobre seguridade social (normas mínimas).

Condições de Trabalho a) Implementação de uma Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador, em consonância com as normas internacionais do trabalho sobre a matéria. b) Identificação de mecanismos e desenvolvimento de ações voltadas à garantia de um ambiente de trabalho seguro e saudável (grifo meu) (ANTD, 2006, p. 10-13).

Na prioridade 1, observa-se o desdobramento do conceito de trabalho decente, onde nele fica afixado eliminar as desigualdades, a proteção social além de promover condições de trabalho, onde promove-se o trabalho digno.

Nos mesmos moldes da prioridade 1, a agenda também elencou requisitos para a prioridade 2 “erradicar o trabalho escravo e eliminar o trabalho infantil, em especial em suas piores formas”, são eles resultados esperados, linha de ação – desenvolvimento da base de conhecimento; - mobilização e conscientização social; – fortalecimento institucional de políticas e programas nacionais; estratégias de intervenção, sendo assim transcreve-se,

Resultado Esperado Planos Nacionais de Erradicação do Trabalho Infantil e Erradicação do Trabalho Escravo implementados e monitorados, com ênfase em estratégias de reinserção social e de prevenção, em consonância com o previsto nas seguintes convenções da OIT: Convenção nº 138, de 1973, sobre idade mínima para admissão ao emprego; Convenção nº 182, de 1999, sobre proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação; Convenção nº 29, de 1930, sobre trabalho forçado ou obrigatório; Convenção nº 105, de 1957, sobre abolição do trabalho forçado.

Linhas de Ação

Desenvolvimento da Base de Conhecimento • Consolidação da base de conhecimentos sobre o trabalho infantil e o trabalho escravo, por meio da realização e divulgação de pesquisas, estudos e avaliações, com especial atenção para as dimensões de gênero e raça. • Institucionalização de uma metodologia de identificação e de retirada de crianças do mercado de trabalho e de trabalhadores da situação de escravidão.

Mobilização e Conscientização Social • Aumento da conscientização do público em geral, por meio da realização de campanhas de informação e prevenção.

Fortalecimento Institucional de Políticas e Programas Nacionais • Integração das políticas e programas voltados à erradicação do trabalho infantil e à eliminação do trabalho escravo com as políticas e programas de formação profissional e de geração de emprego, trabalho e renda. • Definição de competências para o enfrentamento do trabalho infantil e do trabalho escravo; • Determinação da tipificação e responsabilização penal para casos de exploração do trabalho infantil e do trabalho escravo. • Promoção da aplicação da legislação relacionada com a exploração sexual comercial, o tráfico de pessoas e o trabalho escravo. • Intensificação do envolvimento dos atores tripartites e das organizações da sociedade civil com as ações de combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo; • Fortalecimento da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) e da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE). **Estratégias de Intervenção** • Definição de metas e prazos para a erradicação das piores formas de trabalho infantil e para a erradicação do trabalho escravo; • Garantia de prevenção e de reinserção social de crianças em situação de risco por meio do fortalecimento do sistema educacional. • Desenvolvimento de programas e ações no sistema educacional e de formação profissional para a prevenção das piores formas de trabalho infantil e do trabalho, bem como para a assistência de suas vítimas. • Implementação de uma rede de prevenção ativa capaz de focalizar as políticas públicas em áreas de vulnerabilidade social. • Coibição da existência de trabalho infantil e de trabalho escravo nas cadeias produtivas nacionais e internacionais, por meio da implementação de pactos e acordos Inter setoriais (grifo meu) (ANTD, 2006, p. 13-15).

Na prioridade 2, observa-se a importância de erradicar o trabalho escravo e infantil, garantindo a prevenção e reinserção social. Nesta prioridade, torna-se necessário abrir um parêntese no que consiste ao trabalho escravo e o imigrante.

Em 2013 foi lançado pela Secretaria de Direitos Humanos um Manual de Recomendação de Rotinas de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo de Imigrantes –este “combate envolve uma série de desafios relacionados ao controle e regulamentação dos fluxos migratórios, à atuação do Estado Fiscalizador e da Justiça, à prevenção e do atendimento às vítimas e suas famílias” (BRASIL, 2013, p. 9).

O manual destaca a definição de tráfico de pessoas em três elementos, são eles,

Atividades (ou ações): recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou o acolhimento de uma pessoa; Meios: uso de força, engano, rapto, coerção, fraude, ameaças, abuso de poder ou de uma situação de vulnerabilidade; Objetivo (fins): exploração da prostituição, exploração sexual, exploração de trabalhos ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, remoção de órgãos (BRASIL, 2013, p. 13).

A definição de tráfico de pessoas vem para embasar a relação entre tráfico, trabalho forçado e suas relações com o conceito de trabalho escravo contemporâneo e, quanto ao conceito de trabalho forçado, tem-se,

Trabalho forçado ou obrigatório é todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente. É caracterizado pela coerção de uma pessoa para realizar certos tipos de trabalho com a imposição de uma penalidade caso esse trabalho não seja feito. O trabalho forçado pode assumir várias formas, inclusive de práticas abusivas de recrutamento ou escravidão por dívidas para prover as necessidades básicas do trabalhador (BRASIL, 2013, p. 14).

E, sobre a relação com o trabalho escravo contemporâneo o manual explica que,

A maioria dos casos de trabalho em condições análogas à de escravo no meio urbano verificado no Brasil envolve imigrantes ilegais em atividades relacionadas à indústria têxtil. São trabalhadores, via de regra, vítimas do tráfico de pessoas, que trabalham em ambientes inadequados, insalubres, perigosos, dezenas de horas diárias, sem intervalos ou descanso, com salários baixíssimos, reduzidos a condições degradantes, muitas vezes com privação da liberdade e ainda explorados sexualmente. Muitas vítimas são mulheres, crianças e adolescentes. A irregularidade da situação migratória, associada à miséria e à violência no país de origem, além da dificuldade com a língua, é apontada como fator importante de vulnerabilidade do trabalhador imigrante, o que aumenta o risco de exposição a situações de violação a seus direitos humanos. É importante destacar que as situações de trabalho análogo ao de escravo no meio urbano se verificam nas atividades empresariais, mas, também no trabalho doméstico (BRASIL, 2013, p. 15-16).

Melo em reportagem para Agencia Brasil, destacou que o Brasil teve mais de mil pessoas resgatadas do trabalho escravo em 2019,

O levantamento mostra que entre, 2003 e 2018, cerca de 45 mil trabalhadores foram resgatados e libertados do trabalho análogo à escravidão no Brasil. Segundo dados do Observatório digital do Trabalho Escravo, isso significa uma média de pelo menos oito trabalhadores resgatados a cada dia. Nesse período, a maioria das vítimas era do sexo masculino e tinha entre 18 e 24 anos de idade. O perfil dos casos também comprova que o analfabetismo ou a baixa escolaridade tornam o indivíduo mais vulnerável a esse tipo de exploração: 31% eram analfabetos e 39% não haviam concluído sequer o 5º ano. (MELO, 2019, s/p).

Sobre o Brasil e a prevenção do trabalho escravo de imigrantes, Gotardo e Pereira (2019) discorrem,

Dentre aspectos de absoluta importância relacionados à proteção do trabalhador, a CRFB previu a *dignidade humana* como um *princípio fundamental* da República Federativa do Brasil (art. 1º, III); consagrou a *igualdade* de todos perante a lei, inclusive entre os trabalhadores brasileiros e imigrantes (art. 5º); constituiu como seus *objetivos fundamentais* a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais, bem como a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º); prevendo ainda *prevalência dos direitos humanos* como princípio regente das relações brasileiras no plano

internacional. (...) Em 2014, por meio da Emenda Constitucional n. 81, o tema do trabalho escravo ganhou *status* constitucional. Por meio dela, o art. 243 da CRFB foi alterado, passando a prever que “[...] as propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º”. (GOTARDO; PEREIRA, 2019, p. 26).

Visto uma breve abordagem sobre o trabalho escravo e imigrante, volta a tecer as considerações sobre a terceira e última prioridade elencada na Agenda Nacional de Trabalho Decente, “fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática” e, assim como as duas prioridades que antecederam estas, há resultados esperados e linha de ação.

Resultados Esperados • Mecanismos de diálogo social consolidados e institucionalizados. • Constituintes tripartites capacitados para participar ativamente e incidir na definição de políticas nacionais de fomento ao emprego e trabalho decente. • Cultura do diálogo social fortalecida. Linhas de Ação Promoção das Normas Internacionais • Aplicação efetiva da Convenção da OIT nº 98, de 1949, sobre direito de sindicalização e de negociação coletiva, e promoção dos princípios da Convenção nº 87, de 1948, sobre liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização. Fortalecimento dos Atores • Regulamentação da participação das Centrais Sindicais nos fóruns de discussão e de elaboração das políticas públicas. Mecanismos de Diálogo Social • Criação e consolidação do Conselho Nacional de Relações do Trabalho (CNRT), como mecanismo institucionalizado de diálogo social. • Apoio à consolidação e à institucionalização do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Apoio às instâncias de diálogo social existentes no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com atenção especial a: – Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI); – Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho (CTIO); – Comissão Quadripartite de Fortalecimento do Salário Mínimo; – Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP); – Conselho Nacional de Imigração (CNIg); – Comissão Nacional Permanente Portuária (CNPP). • Apoio ao Conselho Nacional de Economia Solidária, como forma de promover a integração de trabalhadores e trabalhadoras da economia informal junto às instâncias e processos de diálogo social. • Fortalecimento do Conselho Nacional de Previdência Social e outros órgãos colegiados de discussão sobre políticas públicas. • Fomento à incorporação do tema da igualdade de oportunidades e tratamento nas instâncias de diálogo social, com especial atenção às questões de gênero e raça, bem como ao desenvolvimento de mecanismos que propiciem a participação de mulheres e negros nessas instâncias. • Fomento à implementação de parcerias no local de trabalho para a promoção de uma cultura de prevenção de riscos e para a promoção da segurança e saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores. Negociação Coletiva • Apoio aos mecanismos e processos de negociação coletiva. • Promoção da incorporação de cláusulas de igualdade de oportunidades e tratamento nos processos de negociação coletiva, com especial atenção às dimensões de gênero e raça (ANTD, 2006, p. 16-18).

A Agenda Nacional do Trabalho Decente expressou um compromisso entre o governo brasileiro e a OIT, havendo cooperação técnica como um dos principais mecanismos de implementação da agenda o que constituiu um marco de cooperação entre os acordados, na época a gestão da agenda era do então extinto Ministério do Trabalho e Emprego, hoje incorporado ao Ministério da Economia.

Demonstrado o conceito de trabalho decente, que promove, amplia e fortalece e, se encontra baseado no respeito e nos direitos fundamentais, antes de abordar as legislações nacionais já citadas neste capítulo, incluindo ainda, a legislação estadual, há a necessidade de abordar as políticas migratórias e sua relação com os Direitos Humanos, para que se possa traçar o fluxo migratório haitiano para o Brasil e em específico, para o Oeste do Paraná, o que será abordado no capítulo a seguir.

3 DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E O FLUXO MIGRATÓRIO HAITIANO

No capítulo anterior foi explanado sobre as teorias migratórias, micro e macro sociológicas, e micro e macro econômicas. Além disso, apresentou-se uma exposição sobre o conceito de trabalho decente elaborado pela OIT, que será aprofundado na discussão do presente capítulo, no entanto, antes de realizar esta abordagem se faz necessário ressaltar princípio da dignidade humana no trabalho.

3.1 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

De Plácido Silva (2014, p. 458) indica que a palavra dignidade “vem do latim *dignitas*, que significa, honra consideração, respeito, podendo assim definir dignidade da pessoa humana como sendo a base do direito justo e comum a todos”.

Quando se fala em dignidade humana, Sarlet formulou uma proposta de conceituação jurídica, reunindo nela uma dupla perspectiva, a ontológica e a instrumental, destacando a intersubjetividade, quanto a sua dimensão positiva e negativa, formulando-se assim, o seguinte conceito:

Dignidade da pessoa humana - a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (SARLET, 2003, p. 63).

Destaca Dias a centralidade do princípio da dignidade humana para os demais princípios, pontua como marco os princípios éticos, nesta ótica:

É o princípio maior, o mais universal de todos os princípios. É um macro princípio do qual se irradiam todos os demais: liberdade, autonomia privada, cidadania, igualdade e solidariedade, uma coleção de princípio éticos (DIAS, 2016, p. 47).

De qualquer modo a afirmação acima vem assegurar que a fundamentação dos direitos fundamentais na dignidade da pessoa humana infere-se na condição de legitimação do Estado de Direito.

Barcellos (2006, p. 203), no mesmo sentido, “considera a dignidade da pessoa humana como pressuposto filosófico de qualquer regime jurídico civilizado e das sociedades democráticas em geral”.

O princípio da dignidade da pessoa humana tem inter-relação com os direitos humanos ambos positivados pela Constituição de 1988 e, ainda, muito antes pela Declaração Universal dos Direitos dos Homens.

A Declaração Universal dos Direitos dos Homens veio a ser complementada pela Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica), que fora aprovada pela Organização dos Estados Americanos em 1969 entrando em vigor apenas em 1978. O Brasil é um dos países que aderiram ao pacto o ratificando, criando-se o que se chamou de sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos (BASILE, 2009, p. 5).

Outros documentos foram promulgados e passaram a fazer parte do atual sistema internacional de proteção aos direitos humanos, por exemplo, convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra mulher, a convenção contra tortura e outros tratamentos cruéis, desumano ou degradantes, declaração do direito ao desenvolvimento, convenção sobre dos Direitos das Crianças, protocolo de San Salvador, Carta de Viena, essa última foi resultado da Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos (BASILE, 2009, p. 23).

Embora o processo de construção dos direitos humanos esteja em constante evolução, ainda há muito o que se a melhorar principalmente quanto à conscientização da sociedade, dos empregadores e dos governos em relação à contratação e integração do imigrante no mercado de trabalho.

Pensando especificamente a relação entre dignidade e trabalho, Barzotto (2018, p. 1) afirma que “trabalho digno é o que promove a dignidade da pessoa humana trabalhadora” e, tem como objetivo, aplicar o princípio da dignidade nas relações de trabalho”.

O trabalho que aqui se propôs levará como base os dizeres do autor acima, bem como nas afirmações de Basile (2009), para buscar apresentar resultados que comprovem se a cooperativa onde fora aplicada a pesquisa promove o trabalho decente ou não.

Com relação ao trabalho, Basile (2009, p. 31-32) utilizando-se do estudo realizado por Moraes, identificou exemplos de situações que possam a vir violar a dignidade do trabalhador e, uma delas, é a revista íntima, havendo ainda, o

exame toxicológico, submissão ao bafômetro, impossibilidade de tratamento médico por motivos religiosos, incapacidade de controle acerca dos próprios dados pessoais, dados esses considerados sensíveis.

O trabalho digno engloba o patrimônio moral, a intimidade e a vida privada dos trabalhadores, devendo observar o que estabelece o artigo 3º da Constituição Federal, em especial no que se refere a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, primando pela redução de desigualdades sociais e promoção do bem-estar e, segundo Basile (2009, p. 33) só será possível “somente harmonizando capital e força de trabalho podemos atingir tal intento”.

Ainda, sobre o princípio da dignidade humana e as relações de trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919, pós Primeira Guerra Mundial, tem como objetivo de promover a justiça social, respeitando os direitos humanos e, desde então, “está assente no princípio, inscrito na sua Constituição, de que não pode haver paz universal duradoura sem justiça social” (ALVARENGA, 2018, p. 1).

Em maio de 1944 através da 26ª sessão da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, reunidos na Filadélfia confeccionaram a Declaração de Filadélfia, dentre os objetivos que fundamentaram a declaração, estão:

- a) Trabalho não é mercadoria;
- b) A liberdade de expressão e de associação é uma condição indispensável para um progresso constante;
- c) A pobreza, onde quer que exista, constitui um perigo para a prosperidade de todos;
- d) A luta contra a necessidade deve ser conduzida com uma energia inesgotável por cada nação e através de um esforço internacional contínuo e organizado pelo qual os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, colaborando em pé de igualdade com os dos Governos, participem em discussões livres e em decisões de carácter democrático tendo em vista promover o bem comum (DGEFT, 2016, p. 1).

Nota-se que ao apresentarem os objetivos, em especial “o trabalho não é mercadoria”, há uma manifestação que eleva os direitos sociais aos direitos humanos, a fim de o indivíduo poder usufruir e gozar de seus direitos com segurança e em igual oportunidade.

Formiga (2012, p.1), em seu estudo, tece breves considerações a este objetivo “trabalho não é mercadoria”, afirmando que a Declaração da Filadélfia foi considerada um marco para formação da OIT e que a época era favorável para concessão de novos e abrangentes direitos sociais, dentre eles o aplicado como

objetivo.

Em 1998, a OIT atualiza seu mandato e objetivos, através da Declaração da Organização do Trabalho sobre os princípios e direitos fundamentais do trabalho. Essa Declaração foi adotada com o cunho de oferecer aos países signatários uma maneira de, “conciliar a preocupação de estimular os esforços de todos os países em conseguir que o progresso social acompanhe o progresso da economia, por um lado, respeitando a diversidade de situações, as possibilidades e as preferências de cada país, por outro” (ARAÚJO, 2008, p. 34).

Araújo (2008, p. 35) observa que o registro e adoção dessa Declaração vem ao encontro do respeito aos direitos humanos e fundamentais do trabalhador, uma vez que, é um documento de âmbito universal e de proteção ao trabalhador, assumindo ainda, um papel fundamental, pois reafirma valores de justiça social, promoção de políticas sociais para realização de equidade, progresso social e erradicação da pobreza, visando desenvolvimento econômico e social, com a realização de políticas destinadas à geração de emprego.

Outro ponto a ser observado acerca da Declaração é que, todos os membros que tenham ou não ratificado as convenções por ela expostas, terão o dever de respeitar, promover e realizar, de “boa-fé”, ou seja, com honradez, lisura em acordo com a Constituição os princípios relativos aos direitos fundamentais, tendo assim, quatro pilares estratégicos, a dizer: a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; a abolição efetiva do trabalho infantil e, a eliminação da discriminação em matéria de emprego e profissão (ARAÚJO, 2008,p. 35).

Importante se faz, uma breve explanação de como surgiu a Organização Internacional do Trabalho, organização responsável por promover justiça social, fundada em 1919, como parte integrante do Tratado de Versalles, pós findar a primeira Guerra Mundial (OIT, 2020, s/p).

E, ainda, a OIT é responsável por formular e aplicar normas internacionais do trabalho através de convenções e recomendações, a primeira quando ratificada por decisão sendo esta soberana de um país, integra seu ordenamento. Em importante acontecimento na história da OIT, ocorreu em 1969, quando foi ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, tendo uma estrutura tripartite e constituindo representantes de 183 Estados-membros envolvidos com situações de igualdade das diversas instâncias de sua organização (OIT, 2020, s/p).

Como já citado no capítulo anterior, o conceito de trabalho decente foi formalizado em 1999 pela OIT e, em 2003, através de memorando de entendimento, assinado pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e por Juan Samovia diretor-geral da OIT à época, previu o Programa Especial de Cooperação Técnica, com o intuito de promoção à Agenda Nacional do Trabalho Decente.

A agenda encontrou fundamento em três propriedades, a de gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidade e tratamento; a de erradicar o trabalho escravo e eliminar o trabalho infantil, em especial em suas piores formas e ainda, fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade e democracia (MIRAGLIA, 2010, p. 9043).

Através das normas internacionais de direito do trabalho com especial atenção nas declarações e convenções da OIT e Declaração dos Direitos Humanos e, ainda, no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais é, que se acredita em alcançar um conjunto mínimo de direitos dos trabalhadores, prezando por condições justas de remuneração e limitação da jornada, pela liberdade de escolha do trabalho, mas acima de tudo na existência de condições que prezam a dignidade do trabalhador (MIRAGLIA, 2010, p. 9043).

Na defesa da dignidade humana nas relações do trabalho tem-se ainda, a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável que com 17 objetivos e 169 metas, buscaram concretizar os direitos humanos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas, com o equilíbrio de três dimensões do desenvolvimento sustentável – econômica, social e ambiental (ONUBR, 2015).

Dentre os objetivos da Agenda 2030, merece destaque o objetivo 8 “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos” e, dentro deste objetivo há subdivisões e merece destaque os que tratam de emprego, a saber:

(...) **8.8** Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários. **8.9** Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais. (...) **8.b** Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT] (grifo meu) (ONUBR, 2015, s/p).

Nota-se que há uma vasta preocupação em preservar a dignidade

humana, fazendo-se valer este direito fundamental, destacando neste tópico, o respeito desse direito nas relações de trabalho, para que o indivíduo tenha acesso a um emprego decente e digno.

Sob a ótica do trabalho decente passa a expor sobre a legislação trabalhista no âmbito nacional e estadual.

3.1.1 Da Legislação Trabalhista referente ao imigrante

O mercado de trabalho brasileiro é um dos fatores que atrai diversos estrangeiros, neste sentido, vislumbra Tramarin (2020),

Pelo que mostram os números, o Brasil tem sido nos últimos anos um porto promissor para o estrangeiro que busca trabalho. Além dos estrangeiros, o mercado de trabalho é disputado pelos brasileiros que migraram para o exterior em busca de oportunidades e agora retornam ao país com novas esperanças.

O número de autorizações para estrangeiros fornecidas pelo Ministério do Trabalho cresceu de forma significativa em seis anos. Em 2005, foram 25 mil autorizações para trabalhar no Brasil. Já em 2011, foram 70 mil (TRAMARIN, 2020, s/p).

O autor ainda destaca que no censo de 2010, o IBGE registrou 268 mil imigrantes de diversos países, o que significou o aumento de 86% em relação ao ano 2000 e, nestes dados não constam os imigrantes indocumentados, o que significa que o número pode ser ainda mais alto e, destaca,

Os trabalhadores que vêm para o Brasil têm perfis diferentes. O maior número é de países vizinhos, eles atravessam a fronteira e chegam com facilidade aos grandes mercados, mas a maioria tem baixa escolaridade e quase nenhuma qualificação para o trabalho. Em menor número estão os trabalhadores qualificados e com contrato formal de trabalho garantido, esses dos quatro cantos do mundo (TRAMARIN, 2020, s/p).

Nota-se que a abertura do mercado de trabalho ao estrangeiro foi exponencial, porém, há uma divisão em dois grupos, sendo que o tratamento se dá de forma diversa, tendo em vista a legislação brasileira. O Estatuto do Imigrante, substituído pela atual Lei da Migração, teve seu fundamento na ditadura, se demonstra arcaico, por exemplo, prevê a impossibilidade de um estrangeiro assumir cargos de direção sindical e participação política.

A barreira encontrada pelos imigrantes e a inserção no mercado de trabalho já foi tema do Encontro Nacional realizado em Brasília em 2018, promovido

pelo Instituto de Migração e Direitos Humanos e com o apoio do Ministério da Justiça, evidenciou-se a importância da desburocratização e a inserção do imigrante no mercado de trabalho (QUEIROZ, 2018).

A Fecomércio – Federação do Comércio do Estado de São Paulo, após a entrada em vigor da Lei de Migração em 2017, afirmou que a nova norma trouxe facilidade a contratação de trabalhadores estrangeiros, para tanto, aduz que,

Em geral, a nova legislação facilita o acesso do imigrante à documentação necessária para viabilizar a sua permanência legal no País, desburocratizando e permitindo seu acesso a serviços públicos e ao mercado de trabalho formal, situação que era bastante dificultada pelo Estatuto do Estrangeiro – norma anterior que versava sobre o assunto. Com isso, as empresas têm mais oportunidades para contar com imigrantes (cidadão de outro país ou apátrida), residentes fronteiriços (pessoa que mora em país vizinho ao Brasil) e refugiados (estrangeiro sob proteção do Estado brasileiro) em seu quadro de funcionários. Além de ser uma ação social, a contratação de cidadãos estrangeiros promove a diversidade e enriquece o ambiente da empresa, pois o imigrante traz consigo conhecimentos e uma cultura que podem aprimorar as atividades empresariais. **Também vale destacar que o imigrante tende a permanecer por mais tempo no mesmo emprego do que o cidadão nacional, o que ajuda a empresa a reduzir a taxa de rotatividade de trabalhadores.** Além disso, há uma parcela de imigrantes que possuem qualificação técnica elevada que pode ser útil aos negócios. Ela lei atual, para contratar um estrangeiro, basta o empregador cumprir as mesmas regras de admissão de um trabalhador brasileiro. Com isso, o imigrante tem registro em carteira e a relação de trabalho segue as normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (grifo meu) (FECOMERCIO, 2018, s/p).

O que se observa com a chegada da nova lei é equiparação do cidadão estrangeiro ao pátrio, promovendo a igualdade de tratamento e direitos trabalhistas.

Para Correia, Barzotto e Martins, a promulgação da nova lei, destaca,

Quanto à nova Lei 13.445/2017, alguns pontos são importantes avanços quanto ao paradigma fraternal. Em síntese, entre os princípios da lei, estão a garantia ao imigrante de condição de igualdade com os nacionais, inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade e acesso à justiça e aos serviços públicos de saúde e educação. Ficam garantidos o mercado de trabalho e direito à previdência social, exercício de cargo, emprego e função pública, conforme definido em edital, com exceção dos concursos reservados a brasileiros natos (CORREIA; BARZOTTO; MARTINS, 2018, s/p).

É possível perceber que na referida Lei houve uma melhora, pois leva ao estrangeiro a garantia de mais direitos tanto no sentido qualitativo quanto quantitativo, observa-se uma proximidade entre a lei brasileira e as normativas internacionais de direitos humanos. No sentido de proximidade entre as legislações,

Correia, Barzotto e Martins exemplificam citando que,

Por exemplo, apenas para ficar no plano laboral, a OIT editou a Convenção 143, a qual prevê a proteção trabalhista dos imigrantes mediante garantias de direitos humanos no acesso à ocupação produtiva justa e na restrição à exploração abusiva na sua prestação de serviços. Do ponto de vista nacional, a lei sancionada, para substituir o Estatuto do Estrangeiro, em síntese, - favorece as interações laborais, econômicas e sociais, no sentido de valorizar direitos, realçando o contributo do imigrante na construção na comunidade nacional. Em matéria de ingresso de imigrantes no país procura-se o repúdio à xenofobia, acolhimento humanitário, reunião familiar, acesso à justiça e - medidas destinadas a promover integração social (CORREIA; BARZOTTO; MARTINS, 2018, s/p).

Nota-se que houve uma simplificação das burocracias, bem como, uma ampliação nas novas garantias sendo elas no âmbito social, laboral, cultural e assistencial, implementando-se assim, uma comunidade tida como fraternal e inclusiva, onde a garantia desses direitos é um dever de justiça social, promovendo-se assim, dignidade humana.

Em matéria publicada no site do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2019), atualizou dados acerca dos registros de migrantes no período de 2010 e 2018 onde receberam cerca de 700 mil migrantes, computando as três principais nacionalidades – haitianos, venezuelanos e colombianos. Ainda sobre esses dados apresentados, teve-se a constatação de que as duas primeiras nacionalidades é que detiveram o maior número de carteiras de trabalho emitidas no período.

Atualmente, devido a pandemia do coronavírus – COVID 19 – que assola o planeta, o Governo Brasileiro através de Portaria CC_PR/MJSP/MINFRA/MS nº 1 de 29 de julho de 2020, dispôs sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no país de estrangeiros de qualquer nacionalidade conforme recomendou a Agencia Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (BRASIL, 2020).

A medida publicada através da portaria mencionada prevê a entrada de turistas estrangeiros, restringindo estrangeiros migrantes. Para Conectas Direitos Humanos (2020) a medida é discriminatória, onde as restrições de entrada no país haviam sido definidas no mês de março de 2020 e, vinham sendo atualizadas mensalmente, no entanto, destacam,

A medida, porém, mantém fechadas as fronteiras terrestres, como rodovias, e aquaviárias, **vias acessadas por solicitantes de refúgio** que chegam em situação de extrema vulnerabilidade. A nova portaria mantém a sanção de deportação imediata combinada com a figura de “inabilitação do pedido de refúgio” aos que chegarem por vias terrestres e aquaviárias,

independentemente de estarem fugindo de uma guerra ou perseguição política, étnica ou religiosa.

Difícil acreditar que as preocupações são sanitárias, e não uma tentativa de usar a pandemia para dismantelar os direitos de refugiados no país”, destaca Camila Asano, diretora de programas da Conectas. (grifo meu) (CONNECTAS, 2020, s/p).

Quando se conversa no estado do Paraná em 2018, este já ocupava o segundo lugar no ranking do estado que mais gerava empregos para estrangeiros, que segundo Kowalski (2018, s/p) “entre admissões e demissões, foram criados 1.772 novos postos de emprego”. O autor ainda traz os seguintes dados,

O auge do número de imigrantes no mercado do Paraná, contudo, foi em 2015, com 16.622 empregados estrangeiros. Em 2016, porém, houve queda de 17% em relação ao ano anterior, retração que acompanhou a tendência do mercado de trabalho. No Paraná houve uma queda principalmente no número de trabalhadores haitianos, com redução de 30% em relação a 2015. Ainda assim, o contingente de haitianos é o maior entre os imigrantes no Estado, com 4.847 pessoas. Em segundo lugar vem os paraguaios (3.674) e argentinos (695) (KOWALSKI, 2018, s/p).

O Centro de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná, em dois anos de sua criação e funcionamento recebeu cerca de 2108 estrangeiros buscando uma oportunidade de vida no Brasil, o Centro foi criado com o intuito de oferecer orientação e acesso às políticas públicas do Estado dentre elas a busca de emprego (PARANÁ, 2020).

O Sistema FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná ao promover o Fórum Empresarial de Empregabilidade e Empreendedorismo para Refugiados, Migrantes e Apátridas promoveu em 2016 o “projeto migrantes” com o objetivo de,

Atender pessoas vindas de outros países em situação de vulnerabilidade social. O programa foi dividido em três etapas: curso de Língua Portuguesa, de qualificação profissional em panificação e orientação de carreira. A participação era totalmente gratuita e 70% dos alunos que participaram do projeto estavam empregados antes do curso de panificação acabar (PARANÁ, 2019, s/p).

Existe incentivo ao estrangeiro que chega ao Paraná, no entanto, em busca na legislação estadual, não observou nenhuma que seja própria ao assunto, percebendo-se então, que o Estado adota as legislações trazidas no âmbito nacional aplicadas aos seus cidadãos pátrios.

Visto o princípio da dignidade e as relações com o trabalho, e ainda,

os Direitos Humanos e legislação trabalhista, passa a expor sobre as políticas públicas migratórias no cenário nacional e estadual, para então analisar a chegada do imigrante haitiano no Brasil e no Oeste do Estado do Paraná, traçando-se então a trajetória, além da necessidade de sua integração no mercado de trabalho.

3.2 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MIGRATÓRIAS NO CENÁRIO NACIONAL E ESTADUAL

O presente título tem o objetivo de apresentar as políticas públicas migratórias no âmbito nacional e estadual, além de abranger a legislação trabalhista nos mesmos moldes.

Com a entrada em vigor da Lei de Migração em 21 de novembro de 2017, e as mudanças trazidas pela norma legal, tornou o Brasil um vanguardista do fluxo migratório.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (2017) ao falar sobre a Lei de Migração a destacou, o que mereceu a atenção mundial pela mobilidade das pessoas.

Oliveira (2017) ao emitir seu ponto de vista sobre a Lei de Migração afirmou que,

O avanço mais geral reside na mudança de enfoque desse novo marco legal das migrações, agora com ênfase na garantia dos direitos das pessoas migrantes, tanto dos estrangeiros que por aqui aportam quanto para os brasileiros que vivem no interior. Entre as conquistas obtidas com a nova lei, destacam-se os dispositivos previsto nos artigos 3º e 4º, mas já no art. 1º, ao definir as categorias associadas aos diversos tipos de mobilidade, a Lei nº 13.445 cria as categorias imigrantes, já com a modulação do tempo de permanência – temporários ou permanentes; emigrante, demonstrando a preocupação com os brasileiros residentes no exterior; visitante, para os casos de curtíssima duração; e estabelece a definição da apátrida, facilitando a escolha de um número crescente de pessoas que vêm perdendo sua nacionalidade (OLIVEIRA, 2017, s/p).

A Lei em seu art. 3º trata dos princípios e diretrizes da política migratória no Brasil, para tanto, quanto a estes princípios, destaca-se a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, quanto ao art. 4º estabelece as garantias aos migrantes assegurando a estes o direito e liberdade civil, social cultural e econômico, além do direito à liberdade de circulação em território nacional, reunião familiar, medidas protetivas tanto à vítima quanto à testemunha de

crime e de violações de direitos entre outros.

Anterior a lei de migração editada em 2017, se faz necessário destacar que em 1997, fora formulado o Estatuto dos Refugiados através da Lei nº 9.474 e, suggestionado pela Convenção de Genebra fora criado um comitê especial que trabalha no plano do Ministério da Justiça, denominado de Comitê Nacional para Refugiados. Sobre os dados levantados por este comitê no período de 2010 a 2016, França, Ramos e Montanger (2019, s/p), explicam que “de 2010 a 2016 foram registrados 9.993 imigrantes no Brasil, e nos anos de 2014 e 2015 houve mais de 28.000 pedidos, sendo que, em 2016, registrou-se mais de 10.380 pedidos de refúgio”.

Antes de abordar as políticas públicas no âmbito estadual, apresenta-se uma breve análise sobre estas a nível de Mercosul.

Em 2004, fora assinado um dos mais importantes tratados da região do Mercosul, intitulado “Declaração de Santiago sobre princípios migratórios” que estabeleceu que imigrantes de fora do bloco do Mercosul, deveriam receber o mesmo tratamento que os nacionais recebem quando migram para outros estados, percebendo-se assim, a reciprocidade entre os países. Salienta-se que a nível de Mercosul ainda há grande discussões sobre a imigração ilegal e tráfico de pessoas, logo, destaca-se o já mencionado, que foi o Estatuto de Refugiados do Mercosul, formulado em 2012, que elevou o Brasil na condição de protagonista de refúgio e de garantia dos direitos humanos, tendo recebidos diversas etnias, em especial haitianos e sírios (CULPI, 2019).

No Estado do Paraná no ano de 2014 fora instaurado o Plano Estadual de Políticas Públicas para promoção e defesa dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas do Paraná.

O referido plano apresentou inicialmente um breve relato histórico, evidenciando a I Conferência Estadual sobre Migração e Refúgio do Paraná, que ocorreu em março de 2014 com uma participação ampla de diversos setores do governo e da sociedade civil, tornando-se assim um marco inicial no estado para atender essa faixa populacional. E, foi nesta primeira conferência que foram aprovadas as trinta e duas propostas que foram levadas posteriormente ao Congresso Nacional a partir do seguinte eixo temático, “I – Igualdade de tratamento e acesso a serviços e direitos; II – inserção social, econômica e produtiva; III – cidadania cultural e reconhecimento da diversidade; IV – abordagem de violações de direitos e meios de prevenção e proteção” (PARANA, 2014, p. 15).

O que se observa é que os eixos apresentados para elaboração das propostas se concentram na área de direitos humanos, saúde, educação, trabalho e emprego, turismo e cultura, justiça, comunicação, igualdade racial, previdência, moradia e segurança pública que fomentaram novos rumos para o desenvolvimento de políticas públicas no estado do Paraná, voltados para os migrantes, refugiados e apátridas.

A formulação do plano teve como princípios e pressupostos legais a Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma vez que em seu artigo 2º determina que as previsões constantes na declaração sejam estendidas a todas as pessoas, independentemente de sua origem. Ainda, para concretização do plano pelo estado do Paraná, foi levado em consideração Pacto San José da Costa Rica, a Declaração de Cartagena de 1984, a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1990, a Constituição Federal de 1988 e, a Constituição Estadual de 1989 (PARANÁ, 2014).

No entanto, vale destacar um marco quanto ao incentivo a Políticas Públicas no Estado do Paraná, no que se refere a migração, através do Decreto Estadual 4289/2012 que deixou a cargo do Comitê Estadual para os Refugiados e migrantes do Estado do Paraná a “elaboração, implementação e monitoramento, pelo disposto no art. 5º do Decreto, do Plano Estadual de Políticas que visem facilitar o acesso, pelos estrangeiros, às políticas públicas” (PARANÁ, 2014, p. 18).

Em abril de 2015, o Paraná editou a lei estadual nº 18.465, para criação do Conselho Estadual dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná, a criação visou viabilizar e auxiliar na implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas aos direitos dos refugiados e migrantes em todas as esferas da administração pública do estado, a fim de garantir e promover a proteção dos direitos dessas pessoas, o Conselho se mantém ativo e a atual gestão vigora entre 2019 e 2021.

Em 2018, Cardoso, Prado e Alvarenga produziram uma pesquisa sobre as políticas públicas para os migrantes e refugiados haitianos na cidade de Curitiba, as quais observaram “a importância de políticas públicas que atendam os imigrantes, que garantam seus direitos, não só durante o acolhimento, mas para que não fiquem as margens da sociedade, em situações de vulnerabilidade ou que passem por situações de xenofobia” (CARDOSO, PRADO, ALVARENGA, 2018, s/p).

É necessário destacar o papel da igreja e ONG's no acolhimento e defesa dos direitos do migrante, pois em grande maioria são elas que detêm uma

maior proximidade com essas pessoas ao chegarem ao país. Carvalho (2015) abordou em sua pesquisa o trabalho da igreja católica na defesa dos direitos humanos e na inserção no debate da migração, afirmando que,

Assim, os trabalhos desenvolvidos pela igreja no âmbito da assistência social e da filantropia, da educação para cidadania, e todo o diversificado leque de ações de solidariedade puderam ser abordados a partir de uma nova linguagem, tendo em vista que a igreja não precisava mais alocar, em um único discurso, perspectivas políticas e sociais. (...)A questão da migração permeou as preocupações da Igreja Católica em diversos momentos da história. No entanto, nos últimos anos, diante do crescimento da mobilidade humana de forma acelerada, ela vem demarcando seu posicionamento de forma mais incisiva, como forma de apelo para uma ação conjunta dos países no acolhimento humanitário. Da mensagem do Papa Francisco para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2015, destaca-se: A sua solicitude, especialmente pelos mais vulneráveis e marginalizados, a todos convida a cuidar das pessoas mais frágeis e reconhecer o seu rosto de sofrimento sobretudo nas vítimas das novas formas de pobreza e escravidão. Diz o Senhor: **“Tive fome e destes-me de comer, tive sede e destes-me de beber, era estrangeiro e recolhestes-me, estava nu e destes-me que vestir, adoeci e visitastes-me, estive na prisão e fostes ter comigo”** (Mt 25, 35-36). Por isso, a Igreja, peregrina sobre a terra e mãe de todos, tem por missão amar Jesus Cristo, adorá-lo e amá-lo, particularmente nos mais pobres e abandonados; e entre eles contam-se, sem dúvida, os migrantes e os refugiados, que procuram deixar para trás duras condições de vida e perigos de toda a espécie. (grifo meu) (CARVALHO, 2015, p. 56-57; 62).

O trecho bíblico destacado acima, tornou-se o lema da então Pastoral do Migrante de Curitiba fundada em 25 de abril de 2015, que segundo Carvalho (2015, p. 63) foi idealizado com “a missão promover a defesa e a organização dos diversos grupos de migrantes nas mais variadas situações”.

Brito evidencia que o Estado do Paraná é um dos únicos que detêm um Comitê específico para atendimento da demanda de migrantes, para tanto expõe que,

Já o estado do Paraná, um dos únicos entes subnacionais brasileiros a implantar um Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes (CERM) e possuir um Plano Estadual de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas, foi escolhido para iniciar o projeto-piloto “Mobilidade Regional e Inserção Socioeconômica de Refugiados”, proposto pelo Ministério da Justiça e pelo ACNUR. A ideia do projeto é ampliar as perspectivas de integração local como uma solução duradoura aos refugiados que, apesar de não se encontrarem em situação de vulnerabilidade prolongada, ainda buscam autossuficiência e estariam aptos a trabalhar logo após sua chegada ao Brasil. Assim, será formada uma rede no Paraná, composta por instituições dos setores públicos, privado, universidades e sociedade civil, que trabalhará em conjunto para criar condições de integrar cerca de 200 refugiados colombianos até meados de 2016 (BRITO, 2015, s/p).

O autor trouxe à tona que o Estado Paranaense diferencia dos demais

por ser um dos únicos Entes Subnacionais que iniciou os trabalhos com os Comitês Estaduais. Para esclarecer as diretrizes e suas lacunas o autor complementa seus dizeres evidenciando que,

Na lacuna de diretrizes nacionais que estabeleça conexões entre as ações executadas pelos diferentes atores envolvidos na integração de migrantes no Brasil, iniciativas como a do governo do Paraná, por buscarem contemplar a totalidade dos atores, objetivam implantar um sistema integrado de atendimento ao migrante, englobando as estruturas de regularização, a nível federal, e as estruturas de bem estar social e cidadania, integrando as esferas federal, estadual e municipal e impactando positivamente a vida nas cidades (BRITO, 2015, s/p)

Com a afirmação do autor acima, observa-se que o Paraná se tornou precursor na formulação de políticas públicas para atender os migrantes que aqui chegam, e para desenvolver estas políticas utilizou eixos importantes que demandam diversas áreas afim de proporcionar ao ser humano o mínimo de dignidade para sobreviver.

O Centro de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas com a proposta de orientar o estrangeiro e, com vínculo à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho os orienta e realiza os encaminhamentos necessários.

Segundo a Agência de Notícias do Estado do Paraná, os estrangeiros recebem orientações para diversas áreas sociais, sendo elas,

Educação - O migrante pode revalidar no Paraná, por meio do Ceim-PR, o ensino fundamental e médio, além de se matricular no ensino regular. Na sequência, realizar processo seletivo para cursos técnicos subsequentes. Também pode fazer a carteirinha da Biblioteca Pública para as aulas de português e a verificação de vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil. **Trabalho** - Ainda há a possibilidade de encaminhamento para o mercado de trabalho. Para isso, é feito o cadastro no portal do Ministério do Trabalho; verificação de vagas disponíveis; elaboração e impressão de currículos; organização de documentação para contratação; orientação profissional e informações sobre cursos de qualificação profissional e agendamento de atendimento para emissão da carteira de trabalho. **Justiça** - No campo jurídico, é feito todo o acompanhamento legal para que seja possível regularizar o status migratório, distribuição de informações sobre o acesso à justiça gratuita, regularização documental, tipos de vistos, autorização de residência e solicitação de refúgio. **Assistência Social** - Na assistência social, são prestados atendimentos com a interlocução dos órgãos, como Centros de Referência e Centros Especializados de Assistência Social (Cras e Creas), bem como Centros POP; com entidades da sociedade civil referente a casos de acolhimento e recepção de migrantes, encaminhamentos para o cadastro único para verificação de benefícios eventuais e a intermediação de acolhimento institucional. (grifo meu) (PARANÁ, 2019, s/p).

O Centro de Informação, através da Agência de Notícias do Estado do Paraná, elenca as nacionalidades atendidas,

NACIONALIDADES ATENDIDAS - Afeganistão, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Chile, Colômbia, Congo-Brazzaville, Costa do Marfim, Cuba, Egito, Espanha, El Salvador, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Honduras, Iêmen, Itália, Japão, Jordânia, Líbano, Marrocos, Mauritânia, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Peru, Portugal, República Democrática do Congo, República Dominicana, Senegal, Serra Leoa, Síria, Tunísia, Uruguai e Venezuela (PARANÁ, 2019, s/p).

O estudo que aqui se propôs delimitou aos haitianos que vivem no município de Medianeira, oeste do Paraná e, na pesquisa bibliográfica não foi encontrado nenhuma lei municipal, ou políticas públicas desenvolvidas pelo município. No entanto, foi durante a entrevista realizada com a Assistente Social, que labora junto ao Centro de Referência de Assistência social do Município, que ela teve conhecimento de que Medianeira adota as políticas públicas ofertadas a nível nacional e estadual, incluindo os programas existentes e dirigidos aos cidadãos brasileiros e estendido ao estrangeiro. Mas os detalhes desta entrevista serão expostos no capítulo quatro.

Encerrado este tópico com a conclusão de que ainda há muito a ser desenvolvido em questão de políticas públicas em todos os níveis, nacional, estadual e municipal, principalmente que se faça valer as já existem com aplicação efetiva, proporcionando assim ao estrangeiro que aqui chega uma vida digna.

Porém, de certa forma, pode-se concluir que, a nível estadual, ainda que não haja legislação específica sobre o tema, há políticas públicas e um certo aparato institucional pertinente ao assunto. Ou seja, há apoio do Estado do Paraná com políticas públicas voltadas a integração do imigrante na sociedade paranaense e, exemplo disso foi a criação da CERMA – Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e apátridas do Paraná em 2015.

Importante ainda traçar a trajetória o imigrante haitiano, sua chegada ao Brasil e seu caminho até o Oeste do Estado do Paraná, assunto que será abordado no próximo capítulo, não apenas para se conhecer melhor estes imigrantes, mas, sobretudo, no sentido de destacar elementos que possam ter contribuído para a incorporação dos mesmos no mercado de trabalho local e na sociedade de acolhimento.

4 HISTÓRICO DA COOPERATIVA FRIMESA, TRAJETÓRIA DO IMIGRANTE HAITIANO E ANÁLISE DA PESQUISA REALIZADA: COM OS HAITIANOS, COM O GESTOR DA COOPERATIVA E COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

O capítulo busca discorrer brevemente sobre a história da Cooperativa Frimesa e, explanar sobre a trajetória do imigrante haitiano desde sua origem até sua chegada ao oeste paranaense, além de apresentar e analisar, os resultados das entrevistas/questionários com o gestor da cooperativa e a secretária de assistência social do município de Medianeira.

4.1 FRIMESA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

A Frimesa teve seu início em 13 de dezembro de 1977, formada inicialmente por quatro cooperativas fundadoras, Coasul, Confrabel, Condul e Coopersabadi que reuniram à época 6.800 produtores de suínos no Sudoeste do Paraná (FRIMESA, 2020).

Inicialmente a cooperativa recebeu o nome de Cooperativa Central Sudcoop que nascia com a missão de assegurar uma renda justa aos seus produtores. A primeira sede era localizada em Francisco Beltrão e, em 1978 iniciou-se o estudo para implantação da primeira agro indústria de suínos, o que fez surgir um momento pelo cooperativismo no Oeste do estado, liderado pela cooperativa Cotrefal, hoje, LAR, o que possibilitou a compra do frigorífico Medianeira que marcou o início das atividades operacionais no seguimento de carnes (FRIMESA, 2020).

Entre os anos de 1979 e 1980, fora inaugurado o frigorífico sob o comando da cooperativa Central Sudecoop, com capacidade de abate de 500 suínos por dia e sua produção era de linguiças, carnes curadas e defumadas, salames e copa, e em especial carnes in natura, o frigorífico recebeu então o nome de Frigorífico Medianeira S. A. e, em agosto de 1980 foi realizada a compra de duas indústrias do Laticínio Rainha, agregando a central Sudecoop um novo ramo agroindustrial, o leite (FRIMESA, 2020).

No ano seguinte, a cooperativa foi acometida por problemas financeiros e operacionais que a levaram a desfiliação das cooperativas fundadoras

e, mais unidades de leite foram adquiridas permitindo que a Central chegasse a uma capacidade de produção de 100 mil litros de leite dia. Essa aquisição trouxe à Sudecoop três marcas: Frimesa para produtos de carnes, Rei do Oeste e Iguaçu para produtos lácteos e rações, sendo a sede da Frimesa transferida de Francisco Beltrão para Medianeira (FRIMESA, 2020).

Em 1982 uma nova diretoria assumiu a Central Frimesa, dando início a um projeto para recuperar a confiança dos produtores, bem como do mercado e, para incentivar a produção implementou o sistema de bonificação de suínos e, deram o início aos treinamentos aos colaboradores e reorganização funcional com a abertura de novas filiais de vendas em Curitiba e Joinville (SC), neste ano ainda, lançaram 15 produtos, chegando a ter em portfólio 118 itens e aumentaram o abate anual, chegando a 205 mil suínos e 3 mil bovinos (FRIMESA, 2020).

Entre os anos 1986 e 1987, ocorreu a ampliação do frigorífico em Medianeira, modernizando suas instalações e o processo industrial, atingindo então uma capacidade de abate diário de 1.200 suínos e a industrialização de mil toneladas mês. Neste mesmo período, foi lançada a pedra fundamental da construção da unidade Fabril de Queijos em Marechal Candido Rondon, também no Oeste do Paraná, que após sua inauguração em 1990 estreou com a marca Reggio, com produção de queijos especiais, implementando ainda o planejamento estratégico que conduziu a empresa com eficiência a alcançar os resultados esperados (FRIMESA, 2020).

Em 1996 a Frimesa teve sua primeira alteração de logo marca, após 20 anos no mercado, neste mesmo ano, teve na ampliação em sua estrutura física em Medianeira, passando a abater diariamente 1500 suínos. Os anos foram seguindo investimentos foram realizados, e foram definidos pela diretoria juntamente com as cooperativas filiadas um projeto de crescimento na suinocultura para o período de 2005-2015, o que possibilitou a ampliação do volume de produção de suínos, dando início a uma nova ampliação em sua estrutura para então abater diariamente o volume de 6.500 suínos (FRIMESA, 2020).

Em 2017 a diretoria e os colaboradores entregaram de forma oficial quatro grandes projetos, o novo centro administrativo em Medianeira, a conclusão e modernização das três unidades industriais (Medianeira, Marechal Candido Rondon e Matelândia), bem como, o projeto de iniciação das obras de um novo frigorífico com capacidade de abate diário de 21mil suínos. Nesse ano a Frimesa conquistou o título

de empresa mais inovadora e é a cooperativa mais lembrada do Paraná (FRIMESA, 2020).

Visto um breve histórico sobre a cooperativa onde fora aplicada a presente pesquisa, demonstra-se que a mesma se consolidou no mercado, sempre inovando, atualizando e investindo.

Conclui-se este tópico, salientando a importância dessa cooperativa para toda região Oeste Paranaense, que hoje emprega um número considerável de colaboradores, sendo uma das principais fontes profissionais da região. Passa-se então à análise da pesquisa realizada junto a cooperativa, iniciando pela pauta dos questionários aplicados aos haitianos.

4.2 TRAJETÓRIA HAITIANA – DO HAITI À REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Baeninger e Peres (2017) ao pesquisarem sobre a migração haitiana, afirmam existir quatro processos de emigração, sendo que o Brasil sintetiza o quarto,

O primeiro fluxo emigratório ocorreu em direção a República Dominicana no final do século XIX até os anos 1930; segundo fluxo emigratório foi para Cuba, entre 1915-1930; e o terceiro teve como destino os Estados Unidos, em especial a partir de 1960. Essas características de país de emigração, conjuntura econômica internacional, a presença militar brasileira, a dependência de remessas e as restrições à entrada de emigrantes nos Estados Unidos e França, destinos primazes da emigração do Haiti, são elementos importantes que inseriram o Brasil na rota da emigração haitiana (BAENINGER; PERES, 2017, s/p).

As autoras, além de elencarem o processo de emigração haitiana, o consideram uma migração de crise, pois corresponde a um campo social da migração e explicam que,

Entre origem, etapas e destinos, que reflete um microcosmo dentro do espaço global: um espaço de disputa e de poder entre os diferentes agentes da estrutura social, com a circulação de capital econômico, simbólico, social e humano (BAENINGER; PERES, 2017, s/p).

Sob a afirmação de uma emblemática migração de crise, dentro do campo social, Baeninger e Peres (2017, s/p) afirmaram que,

Em um campo de forças e disputas que perpassam espaços migratórios entre origem-etapas-destino-trânsito, agentes e atores institucionais, relações socioeconômico-políticas transacionais-processos estes engendrados na conformação social dessa migração internacional (BAENINGER; PERES, 2017, s/p).

Castro ao apresentar seu estudo sobre a migração haitiana no Brasil expõe a rota utilizada pelos imigrantes de sua terra natal até o Brasil.

Durante a viagem realizada até chegarem ao Brasil, e durante o trajeto no interior do país até chegarem ao destino final, em que de fato esses imigrantes irão se estabelecer, múltiplas transformações culturais, espaciais, sociais e econômicas ocorrerão no percurso, mostrando a rica dimensão de análise do fenômeno migratório. O percurso realizado pelos haitianos até chegarem ao Brasil está marcado por uma série de dificuldades e contratempos. Fugindo de uma situação degradante encontrada em seu país, o haitiano muitas vezes se sujeita a “atravessadores” que cobram valores altíssimos para trazê-los até o Brasil, e o que é pior, em uma situação completamente degradante (...)a maioria dos haitianos entrevistados pela pesquisa gastam em média USD 33 2.000 a 3000 para chegar ao Brasil. Esse valor, em dólares, é extremamente alto para os padrões haitianos e a soma é conseguida a partir de empréstimos com familiares ou endividamento com agiotas, logo o caminho percorrido pelos imigrantes já se dificulta logo no início do trajeto. As cidades haitianas onde ocorrem à saída da maioria dos migrantes rumo ao Brasil podem ser consideradas as mais dinâmicas e economicamente ativas do país, cidades de Porto Príncipe, Gonaïve e Cap Haitien são os principais pontos de embarque dos haitianos para o Brasil (CASTRO, 2014, p. 32-33).

Na pesquisa de Santos (2014, p. 30), este afirma que “que a maioria dos haitianos entra no Brasil pelos estados do Norte, que possuem tríplice fronteira: Acre e Amazonas”.

Manaus e Rio Branco ficaram conhecidas como um “mercado” de força de trabalho, atraindo empresários de diversos estados brasileiros, dentre estes paranaenses lotados na região oeste (EBERHARDT *et. al.*, 2018).

Para Eberhardt *et. al.*, a chegada dos haitianos ao Paraná, se deu em 2010,

Os haitianos começaram a chegar por ali em 2010, atraídos por empresários locais, com promessa de empregos em abundância e de qualidade – motivo apontado pelos entrevistados para o deslocamento de demais de 4 mil quilômetros. Inicialmente, os haitianos foram inseridos na construção civil, em obras de ampliação de hospitais e universidades locais. Findadas tais obras, permaneceram na região. A maior parte dele se integrou no trabalho em supermercados e em frigoríficos avícolas e, quando possível, trouxeram famílias e amigos (EBERHARDT *et. al.*, 2018, p. 680).

A região Sul concentra, segundo Basi (2019), o maior índice de vistos concedidos a haitianos no Brasil, chegando ao percentual de 44,95% e, nesses números, o estado do Paraná concentra cerca de 15,24% dos haitianos, ficando abaixo apenas do Estado de São Paulo.

Haitianos que chegam ao Paraná em sua maioria buscam a capital para se fixar, sendo o Oeste paranaense o segundo destino procurado. Basi (2019) estima em sua pesquisa que cerca de seis mil haitianos residem nesta região e que a maioria trabalha em frigoríficos.

Sobre a contratação de haitianos nesse seguimento industrial e, na região oeste paranaense Basi salienta que,

A principal razão que têm levado os haitianos a prioritariamente procurar emprego dos frigoríficos se deve a disponibilidade de vagas no setor que, por sua vez, pode ser explicada pelas características do trabalho realizado na linha de produção (BASI, 2019, p. 234).

Como mencionado, a região Oeste do Paraná detém um número expressivo de imigrantes haitianos que necessitam se inserir no mercado de trabalho, a pesquisa aqui realizada visou demonstrar como ocorreu essa inserção junto a Cooperativa FRIMESA, localizada no município de Medianeira.

Sobre o tema em questão, importante mencionar as análises feitas por Magalhães (2017) e Mamed e Lima (2015) sobre as condições laborais nestas empresas agroindustriais, sobre as quais estas últimas autoras afirmam que “o trabalho fragmentado, (...), reduzido a ações mecânicas, repetitivas e intensas, (...) é a condição marcante na seção de abate e corte desse setor” (p.51). Porém, este não foi um foco da presente investigação, entretanto, é fundamental o registro destas análises acerca das condições de trabalho dos imigrantes, para que se possa ter uma visão mais ampla sobre o fenômeno abordado. Estas são, dentre tantas, pesquisas de extrema relevância para uma abordagem crítica acerca da relação migração e mercado de trabalho.

Em seguida, passa-se a análise do material colido junto aos imigrantes, a empresa e o poder público do município. Também como já dito, o presente estudo primou em analisar a imigração haitiana rumo ao Brasil, em particular para o Oeste paranaense e, sobretudo, a incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho local.

Mesmo que atualmente o fluxo de haitianos não seja tão intenso como o observado alguns anos atrás, ainda assim acredita-se ser importante a análise proposta, por serem os haitianos amplamente empregados em cooperativas agroindustriais do Oeste paranaense, nossa região de estudo.

Ao se entrevistar o responsável pelo setor de recursos humanos da

cooperativa objeto do estudo, constatou-se que, apesar de, atualmente, o número de venezuelanos empregados na cooperativa ser maior, nos últimos tempos houve um crescimento no número de haitianos, o que ratifica a relevância da investigação.

Sendo assim, mais uma vez afirma-se a necessidade de compreender o papel das políticas públicas na incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho, além da própria trajetória dos imigrantes. Inserido numa ampla rede de relações sociais, o curso de vida dos imigrantes tem um papel fundamental na compreensão da inserção dos mesmos no mercado de trabalho e na sociedade de acolhimento.

Para entender o fenômeno migratório de haitianos em Medianeira, Santos (2019) estima que naquele ano viviam na cidade aproximadamente 120 indivíduos de nacionalidade haitiana, ainda que “difícil ser precisa a declaração desses dados” (p.83). Este número é um pouco maior do que o contabilizado por um levantamento realizado pela Secretaria de Assistência Social em 2018 (SANTOS, 2019), que apontava um total de 84 haitianos residindo no município.

Santos (2019) afirma ainda que, em rodas de conversa que realizou com imigrantes que residiam no município, estes afirmavam que o número de haitianos já fora bem maior e que havia diminuído devido às dificuldades encontradas pelos mesmos, como falta de trabalho e não conhecimento do idioma português, gerando assim, dificuldades em manter as suas necessidades básicas de subsistência. No tocante as dificuldades encontradas pelos imigrantes, são esclarecedoras as palavras de Santos (2019):

Muitos vêm para o município de Medianeira com a ideia de já encontrar um trabalho, por possuir agroindústrias e estar passando por uma crescente expansão na construção civil, e também por estar entre os dez municípios do Paraná que mais geram empregos (BESSA, 2017).

Essa escolha se dá também devido aos primeiros haitianos que chegaram aqui por volta dos anos de 2011 e 2013 e já conseguiram trabalho, melhores condições de sobrevivência, mesmo sem falarem o idioma português, o que fez criar expectativas para que novos imigrantes aqui viessem.

A passagem acima ratifica a necessidade de compreender, além das políticas públicas, a trajetória de vida para a compreensão do fenômeno. Torna-se fundamental “ouvir o imigrante”. Ao ouvir o imigrante, consegue-se uma maior clareza do fenômeno estudado. É o que se fará mais à frente neste capítulo.

4.1.1 Análise das entrevistas realizadas junto aos Haitianos na Cooperativa Central Frimesa

Para melhor apresentação dos resultados, dividiu-se este questionário em 15 tabelas, iniciando com os nomes, os quais foram substituídos por letras, a fim de preservar a identidade dos participantes, data de nascimento, idade e sexo.

Quadro 1 - Idade e sexo

Nome	Data de nascimento	Idade	Sexo
Maria	05/11/1982	37	Feminino
Andreia	30/07/1986	33	Feminino
Josefina	25/09/1988	31	Feminino
Mario	18/12/1995	24	Masculino
Juliana	21/01/1991	29	Feminino
Pedro	14/01/1997	23	Masculino
Morgana	11/11/2000	20	Feminino
Helena	09/11/1995	24	Feminino
Igor	04/10/1990	29	Masculino
Josué	26/03/1993	26	Masculino

Fonte: Autora (2020)

Foram entrevistados 10 haitianos, com idades entre 20 e 37 anos, sendo 06 mulheres e 04 homens.

Quadro 2 - Local de nascimento, estado civil e línguas faladas

Nome	Local que nasceu no Haiti	Estado civil	Línguas faladas
Maria	Tomazo	Casada	Crioulo e português
Andreia	Porto Príncipe	Casada	Crioulo e português
Josefina	Porto Príncipe	Casada	Crioulo, francês e português
Mario	Porto Príncipe	Casado	Crioulo, francês e português
Juliana	Gonaives	Casada	Crioulo e francês
Pedro	Porto Príncipe	Solteiro	Crioulo, francês, inglês e português
Morgana	Porto Príncipe	Casada	Crioulo, francês, português e espanhol
Helena	Gonaives	Noiva	Crioulo, francês e português
Igor	Tomazo	Solteiro	Crioulo, francês e português
Josué	Tomazo	Casado	Crioulo e Português

Fonte: Autora (2020)

O quadro 2 levantou os dados específicos quanto ao seu local de

nascimento, sendo 05 oriundos de Porto Príncipe, 03 de Tomazo e 02 de Gonaives, em sua maioria, ou seja, um total de 7 são casados e os demais solteiros.

Observou-se ainda na tabela acima, as línguas faladas, tendo a predominância da língua crioulo, a adaptação com a língua português e ainda, há quem domina a língua francesa. Demonstrando-se assim, que há uma adaptação com o Português, ou seja, a língua dominante na localidade onde se encontram estabelecidos.

Quadro 3 - Escolaridade e profissão no Haiti

Nome	Escolaridade	Profissão que exercia no Haiti
Maria	Ensino fundamental completo	Vendedora de roupas
Andreia	Ensino fundamental completo	Vendedora
Josefina	Ensino médio completo	Cozinheira/Vendedora
Mario	Ensino médio completo	Confecção de roupas
Juliana	Ensino médio incompleto	Cozinheira
Pedro	Ensino médio completo	Ajudante de pedreiro/Músico
Morgana	Ensino fundamental incompleto	Não trabalhava
Helena	Ensino médio incompleto	Cabeleireira
Igor	Ensino médio completo	Trabalhava na Coca-Cola
Josué	Ensino médio incompleto	Agricultor

Fonte: Autora (2020)

O quadro 3, levantou dados sobre a escolaridade e a profissão que laborava no Haiti. Foi possível observar que pouco mais da metade dos entrevistados completou o ensino médio, sendo que os demais ingressaram na jornada imigração/trabalho sem completar seus estudos. Entre os entrevistados, não há nenhum com formação em curso superior. Pode-se observar, que em seu país de origem, exerciam profissões que não exigem alto grau de escolaridade. Importante destacar ainda que através das entrevistas foi possível perceber que lá no Haiti eles não trabalhavam no mesmo setor que trabalham aqui no Brasil, ou seja, exerciam outros tipos de atividades, demonstrando que não foi o prévio trabalho exercido do país de origem que os habilitou ao emprego na cooperativa.

Quadro 4 - Último local de residência e com quem veio para o Brasil

Nome	Último local de residência	Com quem veio para o Brasil
Maria	São Paulo	Sozinha (Marido veio primeiro)
Andreia	Pato Branco	Amigos
Josefina	Haiti	Sozinha (Irmão veio primeiro)
Mario	Haiti	Primo
Juliana	Toledo	Amiga
Pedro	Cascavel	Amigos
Morgana	São Paulo	Mãe
Helena	Santa Catarina	Sozinha
Igor	São Paulo	Primo
Josué	São Paulo	Amigos

Fonte: Autora (2020)

O quadro 4 foi possível levantar o local de última residência, observando que apenas 2 haitianos vieram diretamente de seu país para o município, os demais tiveram passagem por outros estados e municípios do Brasil. O segundo item levantado foi com quem vieram para o Brasil, duas haitianas vieram sozinhas, porém, o marido de uma delas já estava no Brasil e da outra, um irmão já tinha feito a jornada, sendo que os demais vieram acompanhados de amigos ou parentes próximos. Observa-se assim, a preponderância de uma migração indireta, isto é, a maioria residiu em outra cidade/ estado brasileiro antes de vir morar em Medianeira. Tal fato nos leva a crer que esta migração indireta contribuiu para a incorporação no mercado de trabalho atual, ainda que indiretamente, tendo em vista que estes imigrantes já conheciam a dinâmica, cultura e a língua brasileira.

Quadro 5 - Local de residência atual e data de chegada neste endereço

Nome	Local atual de residência	Data de chegada no atual endereço
Maria	Medianeira	Outubro/2018
Andreia	Medianeira	20/10/2017
Josefina	Medianeira	Maio/2013
Mario	Medianeira	2016
Juliana	Medianeira	Dezembro/2014
Pedro	Medianeira	05/04/2018
Morgana	Medianeira	19/08/2017
Helena	Medianeira	29/03/2018
Igor	Medianeira	Janeiro/2016
Josué	Medianeira	Março/2015

Fonte: Autora (2020)

Atualmente todos os haitianos residem no município de Medianeira, local onde a cooperativa tem sua sede. Quanto à data de chegada, a maioria chegou ao município há menos de 5 (cinco) anos, sendo que, apenas dois entrevistados já residem no município há mais de 5 (cinco) anos.

Quadro 6 - Auxílio x dificuldade

Nome	Recebeu auxílio quando chegou aqui (Financeiro/Moradia/Outros)	Dificuldade em acessar os serviços públicos de Medianeira (Saúde/Educação/Assistência Social)
Maria	Não	Não
Andreia	Não	Não (Fez curso no SENAC)
Josefina	Não	Não (Tem um filho no Brasil que frequenta a escola)
Mario	Não	Não (Já consultou na UBS e estuda)
Juliana	Não	Não (Tem dois filhos que frequentam a creche)
Pedro	Não	Sim (Já foi atendido na Unidade Básica de Saúde, mas não conseguiu fazer matrícula na escola por não ter histórico escolar)
Morgana	Não	Não (Está estudando)
Helena	Não	Não (Já foi atendida no hospital)
Igor	Não	Sim (Não conseguiu consulta com oftalmologista para prótese no olho)
Josué	Não	Não (Já foi atendido no hospital)

Fonte: Autora (2020)

De forma unânime a resposta quanto ao recebimento de auxílio ao chegar no município, foi a mesma, ou seja, não tiveram auxílio financeiro, de moradia entre outros ao aportarem em Medianeira.

Quanto às dificuldades encontradas ao acessarem os serviços públicos municipais tais, como: saúde, educação e assistência social, 07 demonstraram não terem tido dificuldades, sendo que receberam atendimento hospitalar, realizaram consultas médicas nas unidades de básicas de saúde e tiveram acesso à escola para os filhos.

Observou-se ainda, que os que tiveram algumas dificuldades, estas estão relacionadas com saúde e educação, sendo que um deles relatou que sofreu um acidente no Haiti causando a perda de um olho, ao chegar em Medianeira procurou

um o sistema de saúde público, a fim de consultar com um médico oftalmologista que pudesse o ajudar na colocação de uma prótese ocular, no entanto, não conseguiu ter acesso a este médico especialista. O outro relatou que tinha interesse em terminar os estudos, equivalentes ao ensino médio, no entanto, não tinha o seu histórico escolar, por conta disso, não foi possível saber em qual série deveria ser inserido e com isso não conseguiu realizar a matrícula escolar.

Quadro 7 - Motivos x expectativas

Nome	Motivos porque escolheu vir para o Brasil	Migrar para o Brasil está de acordo com o que desejava
Maria	Trabalhar e estudar/Buscar novas oportunidades/Ajudar a família que ficou no Haiti	Sim (Aqui tem emprego)
Andreia	Trabalhar e estudar/Buscar novas oportunidades/Ajudar a família que ficou no Haiti/Violência, falta de segurança, situação econômica e social precária do país	Sim (Aqui é melhor que no Haiti)
Josefina	Trabalhar e estudar/Buscar novas oportunidades/Ajudar a família que ficou no Haiti	Sim (Aqui é muito bom porque tem trabalho)
Mario	Trabalhar e estudar/Buscar novas oportunidades	Sim (Aqui é bom)
Juliana	Trabalhar e estudar/Buscar novas oportunidades	Sim (Está bem aqui pois tem trabalho)
Pedro	Trabalhar e estudar/Buscar novas oportunidades/Violência, falta de segurança, situação econômica e social precária do país	Não (Aqui tem mais segurança, mas no Haiti ganhava mais dinheiro)
Morgana	Trabalhar e estudar/Buscar novas oportunidades/Ajudar a família que ficou no Haiti	Sim (Aqui é bom pois tem trabalho)
Helena	Trabalhar e estudar/Buscar novas oportunidades	Sim
Igor	Trabalhar e estudar/Buscar novas oportunidades/Ajudar a família que ficou no Haiti	Sim (Aqui é melhor que no Haiti)
Josué	Trabalhar e estudar/Buscar novas oportunidades/Ajudar a família que ficou no Haiti	Não (Gostaria de estudar, mas não conseguiu porque o português é muito difícil)

Fonte: Autora (2020)

O quadro 7 trouxe dados acerca dos motivos que levaram escolher o Brasil como destino, de forma unânime destaca-se o item “trabalhar e estudar” como um dos fatores mais escolhidos, seguido de “buscar novas oportunidades”. No entanto, notou-se ainda, que os que aqui chegaram buscam, além dos dois itens já

citados, ajudar as famílias que permaneceram no Haiti. Ainda, destaca-se a escolha de dois entrevistados, que relataram que um dos motivos para escolher migrar para o Brasil, a violência, falta de segurança, situação econômica e social precárias que se encontra o Haiti.

Tem a dizer ainda, que a princípio, no momento da realização das entrevistas junto à cooperativa, os entrevistados se demonstraram felizes por terem este trabalho, porém não foi possível constatar de forma mais efetiva quanto às condições de trabalho decente, conforme já mencionado, tendo em vista que não foi possível a realização de um segundo ciclo de entrevistas que seria aplicado fora da cooperativa.

Quadro 8 - Destino x tempo para encontrar emprego

Nome	Seu destino era o oeste do Paraná	Quanto tempo demorou para conseguir emprego na cidade/região
Maria	Não (Passou por outras cidades até encontrar emprego em Medianeira)	Um ano e dois meses
Andreia	Não (Seu destino inicial era São Paulo)	Dois anos
Josefina	Sim (Já tinha um irmão que residia em Medianeira)	Um mês
Mario	Sim	Um ano e meio
Juliana	Não (Seu destino inicial era São Paulo)	Sete meses
Pedro	Sim (Seu destino inicial era Cascavel)	Sete meses
Morgana	Não (Morou três meses em São Paulo)	Um ano
Helena	Não (Seu destino inicial era São Paulo)	Dois anos
Igor	Não (Seu destino inicial era São Paulo)	Um mês
Josué	Sim (Tem amigo em Medianeira)	Um mês

Fonte: Autora (2020)

O quadro 8 levantou dados quanto à escolha do destino, sendo que 06 (seis) haitianos responderam que Medianeira não era o destino inicial desejado, que passaram por outras cidades até chegar aqui, presente portanto a migração indireta, conforma já mencionado acima. Os demais responderam que o destino era o oeste do Paraná, sendo que 02(dois) já tinham parente ou amigo em Medianeira, destacando-se a importância desta rede social de amigos e parentes, na integração

dos haitianos na cidade de Medianeira.

Quadro 9 - Primeiro emprego e como chegou à Frimesa

Nome	O primeiro emprego no Brasil foi Cooperativa Frimesa	Como chegou a Cooperativa Frimesa
Maria	Sim	Indicação de amigo/parente/outro haitiano
Andreia	Sim	Indicação de amigo/parente/outro haitiano
Josefina	Não (Trabalhou um mês em outro local)	Indicação de amigo/parente/outro haitiano
Mario	Não (Já trabalhou em uma mecânica)	Indicação de amigo/parente/outro haitiano
Juliana	Não	Através do primo do seu marido
Pedro	Sim	Indicação de amigo/parente/outro haitiano
Morgana	Sim	Indicação de amigo/parente/outro haitiano
Helena	Sim	Anúncio de emprego
Igor	Sim	Indicação de amigo/parente/outro haitiano
Josué	Sim	Amigo

Fonte: Autora (2020)

Ao serem questionados se o primeiro emprego foi junto a cooperativa Frimesa, 07(sete) entrevistados responderam que sim e 03 (três) deles responderam que não. Já quando questionados de como chegaram à cooperativa, a maioria, 09(nove) deles responderam que foi por indicação de amigos, parentes ou outro haitiano, e um ingressou através de anúncio de emprego, observa-se mais uma vez a importância das redes sociais de amizades/parentesco/conterraneidade do imigrante como um fator de incorporação.

Quadro 10 - Dificuldades encontradas no ambiente de trabalho x integração

Nome	Quais as principais dificuldades encontradas na integração laboral e social na Cooperativa Frimesa	Se considera um imigrante integrado com relação ao mercado de trabalho
Maria	Linguística	Sim (Gosta de trabalhar na Cooperativa Frimesa)
Andreia	Linguística	Sim (Mas ainda tem dificuldade de comunicação)
Josefina	Linguística	Sim (Gosta de trabalhar na Cooperativa Frimesa)
Mario	Linguística	Sim (Possui amigos)
Juliana	Linguística	Sim (Tem muitos amigos)
Pedro	Laborais (Demora para conseguir emprego)	Não (Tem somente um amigo)
Morgana	Linguística	Sim (Tem amigos na Cooperativa Frimesa)
Helena	Linguística	Sim (Já fez amizade)
Igor	Linguística /Laborais (Dificuldade para conseguir emprego)	Sim (Fez amizade e possui emprego)
Josué	Linguística	Sim (Tem amigos na Cooperativa Frimesa)

Fonte: Autora (2020)

O quadro 10 apresenta dois dados de suma importância para esta pesquisa, primeiro sobre as dificuldades que foram encontradas na integração laboral e social junto a Cooperativa Frimesa, sendo que 09 (nove) dos entrevistados consideraram a língua um fator negativo de integração e destes nove, um ainda destacou a dificuldade de conseguir emprego, e, por fim, 01 (um) entrevistado também elegeu a dificuldade de conseguir um emprego como a principal adversidade encontrada na integração laboral na cooperativa Frimesa.

Já, quando questionados se se consideram imigrantes integrados em relação ao mercado de trabalho, 09 (nove) responderam que sim, destacando que gostam de trabalhar na cooperativa e inclusive já construíram um ciclo de amizades dentro do local de trabalho, no entanto, um entrevistado não se considera integrado por possuir apenas um amigo.

Mediante a análise do contido nos quadros 09 e 10 é possível afirmar que a hipótese inicial da pesquisa se confirmou parcialmente, tendo em vista que existe a integração laboral, porém, as legislações federais e estaduais não foram as únicas e principais fatores responsáveis pela integração dos Haitianos ao mercado de trabalho na cooperativa Frimesa em Medianeira.

É perceptível que o principal fator responsável por esta integração são as redes sociais criadas por amigos, familiares e outros haitianos os quais colaboram para que o imigrante recém chegado possa ingressar e integra-se no mercado de trabalho.

Quadro 11 - Amizades na cooperativa x promoção profissional

Nome	Fez amizades com brasileiros dentro da Cooperativa Frimesa	Já conseguiu alguma promoção profissional na Cooperativa Frimesa
Maria	Sim	Não
Andreia	Sim	Não
Josefina	Sim	Não
Mario	Sim	Não
Juliana	Sim	Não
Pedro	Sim	Não
Morgana	Sim	Não
Helena	Sim	Não
Igor	Sim	Não
Josué	Sim	Não

Fonte: Autora (2020)

Questionados se fizeram amizades com brasileiros, no atual ambiente de trabalho, todos responderam que sim. Quanto à promoção profissional junto a Cooperativa, a resposta unânime entre os entrevistados foi “não”, ou seja, até o momento nenhum dos entrevistados foi contemplado com promoção laboral.

Acredita-se que, pela dificuldade com a língua portuguesa, muitos imigrantes acabam não fazendo cursos profissionalizantes ou até mesmo curso superior, o que dificulta a ascensão profissional, tendo em vista que a maioria não detém mão de obra especializada.

Quadro 12 - Cooperativistas x futuro na empresa e região

Nome	A empresa proporciona a possibilidade de se tornarem cooperativados	Como está a vida hoje e o que espera do futuro na empresa e na região
Maria	Não	A vida é boa aqui, bem melhor que no Haiti
Andreia	Não	Melhor aqui do que no Haiti
Josefina	Não	Aqui a vida é melhor do que no Haiti
Mario	Não	A vida aqui é melhor do que no Haiti
Juliana	Não	Hoje a vida está boa. Tem dois filhos brasileiros e quer permanecer aqui
Pedro	Não respondeu	Está melhor aqui porque tem mais segurança
Morgana	Não	A vida hoje está boa
Helena	Não	Aqui é melhor do que era no Haiti
Igor	Não respondeu	A vida aqui é melhor
Josué	Não respondeu	Melhorou a vida. Só fica triste de estar longe da família

Fonte: Autora (2020)

O quadro 12 apresenta os dados relativos as questões referentes à possibilidade do haitiano se tornar cooperativado, sendo que 3(três) dos entrevistados não responderam à pergunta e os demais responderam que não. Durante a entrevista com o gestor da cooperativa, nos foi explicado que os cooperados da Frimesa são os produtores responsáveis pela matéria-prima que chega à indústria, os colaboradores não se tornam cooperados, sem distinção de etnia, a política é válida tanto para colaborador brasileiro quanto para estrangeiro.

Ao serem questionados sobre como está a vida atualmente e o que espera do futuro na empresa e na região oeste, em resumo, a resposta foi que a vida aqui é melhor do que no Haiti, alguns constituíram famílias e tiveram seus filhos em solo brasileiro, outros evidenciam a melhora de vida, no entanto, se entristecem um pouco por estarem longe de seus familiares.

Quadro 13 - Pretensão futura

Nome	Pretende continuar no Brasil
Maria	Sim (Pretende ficar morando aqui e ir ao Haiti somente para visitar a família)
Andreia	Sim (Pretende continuar morando no Brasil e só ir ao Haiti para passear)
Josefina	Sim (Quer continuar morando no Brasil. Já foi para o Haiti passear e ver a família)
Mario	Sim (Quer continuar morando no Brasil e também trazer a filha de três anos que ficou no Haiti)
Juliana	Sim (Pretende ficar morando aqui)
Pedro	Sim (Pretende voltar ao Haiti para visitar os pais)
Morgana	Sim (Pretende morar aqui e voltar ao Haiti para passear e ver a família)
Helena	Sim (Pretende voltar ao Haiti somente para passear)
Igor	Sim (Pretende ficar morando aqui)
Josué	Sim (Pretende ficar morando aqui)

Fonte: Autora (2020)

O quadro 13 representou as pretensões futuras dos entrevistados, ao serem questionados sobre sua permanência no Brasil, todos responderam que sim, que pretendem ficar morando aqui e pretendem retornar ao Haiti somente para passear e rever os familiares.

Após a aplicação o questionário aos haitianos, fora aplicado um questionário específico ao gestor dos recursos humanos da cooperativa, a análise deste questionário será feita no próximo tópico.

4.1.2 Análise da entrevista realizada junto ao Gestor na Cooperativa Central Frimesa

O questionário aplicado ao gestor da Cooperativa Frimesa, que nos cedeu seu tempo e nos atendeu com a máxima atenção, além de nos direcionar aos imigrantes, respondeu os seguintes questionamentos.

Quando questionado sobre “quantos haitianos trabalham na cooperativa? Eles são entre os imigrantes maioria? Por quê?” em resposta, o gestor explicou que: “hoje têm aproximadamente 70 a 80 haitianos laborando na cooperativa. Que os haitianos não são a maioria dentre os imigrantes, a maioria são paraguaios, seguidos de venezuelanos e depois os haitianos.”

Ante a afirmação do gestor, nota-se que cooperativa emprega um número expressivo de imigrantes de diversas nacionalidades.

Fora questionado se “existe uma preferência em contratar imigrantes

haitianos? Porquê?” em resposta, o gestor afirmou que: “não há preferência, vai do perfil, a única exigência é que entenda o português básico”.

Em comparativo às respostas obtidas no questionário aplicado aos imigrantes, observa-se que o idioma é um fator importante para cooperativa, e, um dos fatores elencados de cunho negativo para integração dos imigrantes junto ao mercado de trabalho.

Fora questionado o gestor sobre “em que época ou ano os haitianos começaram a ser contratados?” Em resposta revelou que: “há aproximadamente 02 anos tinha mais procura de emprego por haitianos, depois parou e agora voltou a ter essa procura”.

Quanto a contratação foi questionada “se eles procuraram a cooperativa ou a cooperativa que os procurou? Existiu algum auxílio das entidades (município, estado) ou ONG’S nesse processo de contratação?” fora respondido pelo gestor que: “são basicamente 2 formas: eles procuram espontaneamente e preenchem um cadastro ou pela agência do trabalhador.”

Novamente levanta-se a questão do idioma “o idioma dos haitianos é um empecilho para o trabalho? Tem alguém que os auxilia, traduz? Como fazem para superar o obstáculo do idioma?” o gestor respondeu que:

O idioma não é um empecilho. Porém, eles precisam saber pelo menos o português básico, fim de que possam se comunicar com os colegas de trabalho e consigam entender quais são seus direitos e deveres. As vezes eles vêm acompanhados de alguém que fala português. A cooperativa incentiva que eles aprendam a Português. A maioria deles já vêm falando e entendendo um pouco. (ENTREVISTADO,2020).

Observa-se novamente que o idioma não é um empecilho, mas há a necessidade que se saiba pelo menos um pouco da língua para que possa estar participando das palestras ofertadas pela cooperativa e demais programas de integração, no entanto, a empresa embora incentive não tem um projeto voltado ao colaborador imigrante para aulas de português.

Quando questionado se a “diferença cultural entre os haitianos e os brasileiros interfere na relação no trabalho” o gestor respondeu que: “não, eles acabam fazendo amizade com os brasileiros”. O fator cultural embora distinto não se apresenta como impedimento nas relações com os demais colegas.

Quanto aos setores que os haitianos estão alocados na cooperativa, foi questionado “quais são esses setores” e em resposta, o gestor informou que “são

vários, produção: abate, cortes, manutenção e higienização”.

Sobre o registro em carteira, a cooperativa foi questionada se “todos têm carteira de trabalho assinada?” e a resposta foi afirmativa, “sim todos têm”.

Sobre o salário, foi questionado a maneira de recebimento “como recebem o salário? Por meio de que? (em mãos ou tem conta bancária) em resposta “a cooperativa abre um conta bancária para eles e os pagamento são feitos em conta”.

Quanto a média de salário mensal, o gestor respondeu que “que a remuneração mensal dos haitianos gera em torno de R\$ 1.850,00 (um mil oitocentos e cinquenta reais- salários mais benefícios”.

Outra questão levantada junto ao gestor foi “os imigrantes haitianos recebem algum tipo de treinamento oferecido pela cooperativa para desempenhar suas funções?” em resposta afirmou que:

Sim, logo quando chegam recebem o treinamento de integração, quando começam a trabalhar também recebem treinamentos de: segurança do trabalho, medicina do trabalho, RH-gestores e também há palestras frequentes. (ENTREVISTADO,2020).

Indagado quanto a prestação de auxílio para moradia dos imigrantes o gestor respondeu que “não há, por parte da cooperativa não”.

E sobre a contratação nos dias de hoje, foi indagado “estão ainda contratando mão-de-obra haitiana? O fluxo de contratação mudou desde o início?” em resposta o gestor explicou que: “sim, há dois anos tinha grande procura de emprego por parte deles, depois diminuiu e agora aumentou novamente”.

Quando questionado se a “cooperativa tem política/regulamento/normativa interna, para contratação de imigrantes?” foi respondido que: “não, depende muito do perfil, independente da nacionalidade”.

Quanto à integração dos imigrantes e a visão por parte da cooperativa foi questionado se “a cooperativa considera os imigrantes haitianos integrados em relação ao trabalho, aos colegas e aos superiores? Porquê?” o gestor afirmou que “sim, a maioria são integrados, conversam com os colegas brasileiros, fazem amizades, gostam de trabalhar aqui”.

Ao ser indagado se existe dentro da cooperativa ações que buscam a integração, fora respondido que “sim, reuniões e palestras”. E, quando questionado se “há alguma percepção, por parte da cooperativa, de que a prefeitura apresente políticas públicas de acolhimento dos imigrantes?” o gestor afirmou que: “as vezes a

assistência social indica alguns imigrantes para laborarem na cooperativa, quando temos vagas, houve também uma operação do exército ‘operação acolhida’ para dar oportunidade de trabalho para os haitianos”².

Ante as afirmações do gestor, nota-se que o município por meio da Secretaria de Assistência Social, tem uma preocupação com o imigrante haitiano, havendo acolhimento e indicação profissional.

Quando questionado se “o haitiano é estimulado a se tornarem cooperados? Se sim algum já se cooperativou?” O gestor afirmou que “não”, pois conforme explicado anteriormente, apenas os produtores responsáveis pela matéria-prima que chega à indústria é que se tornaram cooperados, os colaboradores não, independente da nacionalidade.

Importante mencionar que, enquanto esperávamos o gestor do setor de recursos humanos para a realização das entrevistas, esta pesquisadora foi recepcionada na cooperativa por uma outra colaboradora do setor de recursos humanos, a qual relatou um dado importante, que posteriormente foi confirmado pelas entrevistas com os haitianos.

A referida colaboradora contou que muitos dos haitianos que ali laboram conseguem sobreviver e ainda guardar dinheiro para enviar aos seus familiares que ficaram no Haiti, que inclusive um deles juntou em um ano R\$10.000,00 (dez mil reais), ou seja, conseguiu guardar quase a metade do seu salário para enviar a familiares que residem no seu país de origem.

Observa-se a importância dessas remessas monetárias, tendo em vista que contribuem para o sustento e manutenção dos familiares e conterrâneos que lá ficaram. Quase todos os entrevistados afirmaram que o motivo da vinda para o Brasil foi justamente a busca pela melhora da qualidade de vida e o fato de poderem ajudar financeiramente os familiares que continuam residindo no Haiti.

Exposto e analisado o questionário aplicado ao gestor da cooperativa, passa a apresentar dos dados coletados em entrevista junto à assistente social do Município de Medianeira.

² Acredita-se que houve um pequeno equívoco na fala do gestor quanto à nacionalidade beneficiada com a Operação Acolhida, pois a referida operação foi em prol dos Venezuelanos e não dos Haitianos.

4.3 ANÁLISE DA ENTREVISTA REALIZADA JUNTO A ASSISTENTE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

Ante a situação de pandemia houve um lapso temporal, de 4(quatro) meses, entre as entrevistas realizadas na Cooperativa e a entrevista com a assistente social. No entanto, tão logo foi possível, realizou-se a entrevista com a gestora municipal, a qual foi muito solícita em colaborar com o andamento desta pesquisa.

Inicialmente fora questionada sobre a existência de políticas públicas municipais de acolhimento para imigrantes que chegam em Medianeira, em resposta a profissional, relatou que,

Não há uma política pública específica para imigrante, porém, o CRAS (Conselho Regional de Assistência Social) de Medianeira tenta acolher os imigrantes com as mesmas políticas públicas que utilizadas para brasileiros, ex.: bolsa família, programa leite das crianças, doações de cestas básicas e outras (ENTREVISTADA, 2020).

Observa-se a importância da legislação federal, pois ela dá direcionamento de equiparação do nacional e o estrangeiro, obedecendo-se assim a Constituição Federal.

Indagada se há algum auxílio, por parte do ente público municipal, quanto à elaboração dos documentos dos imigrantes, respondeu que:

Sim, o CRAS de Medianeira com a ajuda da Casa do Migrante de Foz do Iguaçu, auxiliam os imigrantes a darem entrada em Processos de Refúgio e posteriormente a obterem a CRNM Carteira Nacional de Registro Migratório. (antigo RNE – Registro Nacional do Estrangeiro). Este auxílio é feito da seguinte forma: o CRAS organiza a documentação necessária, auxilia os imigrantes a preencherem os formulários, agenda horários na Polícia Federal em Foz do Iguaçu, fornece passagem de ônibus para que os imigrantes possam se deslocar até Foz do Iguaçu, para irem à Polícia Federal quando necessário (ENTREVISTADA, 2020).

A resposta a questão, demonstra que há uma preocupação do poder público municipal em regularizar a situação do imigrante que aqui chega, principalmente na documentação necessária para dar seguimento aos auxílios, busca de emprego, matrícula dos filhos na escola e etc.

A Assistente Social foi questionada quanto ao auxílio moradia, ou se o município de detêm “casa abrigo” que possa abrigar o imigrante por um período, em resposta:

Por parte da prefeitura não. Geralmente quando chega em Medianeira, o imigrante Haitiano é acolhido por algum amigo ou parente, também haitiano, que já reside na cidade. Esse imigrante recém chegado fica morando na casa deste amigo ou parente até ter condições de alugar uma casa (ENTREVISTADA, 2020).

O acolhimento do imigrante quanto a moradia inicial é realizada por outro imigrante que já está residindo no município, demonstrando assim a solidariedade entre eles.

Questionada sobre o acesso a programas sociais, nas três esferas, a elencou os programas em que auxilia:

Bolsa família – Governo Federal
 Tarifa social de energia elétrica – Governo Federal
 Leite das Crianças (crianças de 6 meses a 3 anos) – Governo Estadual
 Tarifa social da água – Governo Estadual
 Cestas Básicas – Município (ENTREVISTADA, 2020).

Observa-se que ao imigrante é fornecido auxílio dentro das esferas, no entanto, não há nada específico na esfera municipal, apenas o fornecimento de cestas básicas.

Quanto à existência de cursos de língua portuguesa ofertados pelo município, a assistente afirma que:

Sim, através da secretaria de educação do município são ofertados cursos de língua portuguesa e, além disso há uma parceria com a UDC-União Dinâmica Cataratas, que também disponibiliza uma professora para dar aulas de língua portuguesa para os imigrantes”. (ENTREVISTADA, 2020).

Nota-se que há auxílio do ente público para superar a barreira do idioma, ofertando cursos aos imigrantes.

Sobre os haitianos cadastrados nos serviços da assistência social do município atualmente, a assistente afirma que atualmente “são 79 pessoas que estão inseridas em 56 famílias cadastradas”.

Questionada sobre se o número cadastrado já foi maior? Esta disse que “não, ele aumentou, antes eram 64 pessoas agora são 79”.

Quanto as principais demandas dos imigrantes haitianos na área de atendimento da assistência social, foi respondido que: “são documentação, alimentação, encaminhamento ao trabalho e aprendizagem da língua portuguesa” em ainda expôs que:

O CRAS tem parceria com algumas empresas e cooperativas a fim de encaminhar estes imigrantes para o mercado de trabalho, dentre estas empresas estão as Cooperativas Lar e Frimesa, o Mercado Lar, alguns supermercados da cidade. Nesta época da pandemia as entregas de currículo estão sendo feitas de forma online, assim, o CRAS disponibilizou uma colaboradora para auxiliar os imigrantes a fazerem e enviar os seus currículos para as empresas e cooperativas (ENTREVISTADA, 2020).

É nítido que há preocupação por parte do ente público em dar seguimento a busca de emprego ao imigrante, havendo auxílio e disponibilização de funcionário para tal fim.

Quanto às dificuldades das equipes de assistência social para atendimento dos haitianos junto ao município, a assistente social respondeu:

A principal dificuldade é a falta de uma política pública específica para imigrantes, que leve em conta as peculiaridades das diversas culturas. Dificuldade com a comunicação/Idioma (no início) Dificuldade para criar vínculo com os haitianos, pois eles são bastante reservados. Dificuldade em fazer eles entenderem a necessidade do uso de algumas medicações. Ex: o pessoal da saúde tem dificuldade para fazer a mulheres entenderem a importância do uso de anticoncepcionais (ENTREVISTADA, 2020).

Observa-se que as políticas públicas existentes para imigrantes são de forma genérica, não levando em consideração as particularidades culturais de cada país, chamando atenção para o controle de natalidade.

Sobre políticas para inserção laboral do imigrante, se o município detém alguma, em resposta, afirmou:

Específica para imigrante não. Mas utilizam as mesmas políticas que são aplicadas para brasileiros. Por exemplo o Ciclo de Palestras com o SINE/ Agência do Trabalhador, neste ciclo é ensinado a como fazer um currículo, como se portar em uma entrevista de emprego, ensina o que é cada tipo de empresa ou as cooperativas, que tipo de vaga de emprego são ofertadas. Este ciclo de palestras é ministrado 2 vezes a cada 6 meses, ou seja, 4 vezes ao ano. Um pouco antes do início da pandemia a prefeitura adquiriu alguns cursos de capacitação de inserção no mercado de trabalho junto ao SENAC, no entanto, por conta da pandemia estes cursos ainda não foram ofertados (ENTREVISTADA, 2020).

Nota-se que não há nada específico ao imigrante, porém, os tratam como nacionais nessa questão, e quando questionada sobre políticas de formação ou aprimoramento, a resposta foi semelhante às anteriores “políticas públicas específicas para imigrantes não há, eles utilizam os mesmos cursos que são utilizados para brasileiros”.

Quando questionada como o local de chegada, em última instância é o município, é ele (município), que acaba por sentir os efeitos da imigração. Neste sentido, não há necessidade de uma maior integração das diferentes esferas de poder na condução das políticas públicas de inserção econômica e social dos imigrantes, na sociedade de acolhimento, isto é, no município (o município não pode e não deve estar encarregado sozinho nestas ações) – a resposta foi:

Com certeza há a necessidade de maior integração das diferentes esferas de poder nesta inserção dos imigrantes à sociedade, pois o município acaba ficando sobrecarregado nesta função de auxiliar os imigrantes que aqui chegam. (ENTREVISTADA, 2020).

Observa-se a falta de políticas públicas correlatas, integradas, entre as três esferas de poder, Federal, Estadual e Municipal, além disso, faltam política públicas específica para imigrantes.

Questionada sobre a inserção social/laboral dos imigrantes e se, há espaços para os imigrantes na discussão/definição destas políticas e, ainda, caso haja este espaço, se ele é de natureza consultiva ou deliberativa, a assistente afirma que,

Não há, se aplica as políticas públicas criadas para os brasileiros. Não há este espaço para representantes na discussão e definição destas políticas, pois além de não ter uma política pública específica, há uma dificuldade de interação com os haitianos, eles são bem reservados. Falta entendimento dos haitianos de se verem como sujeitos de direito e também falta capacitação para os profissionais das áreas da assistência social, saúde, educação, em como lidar com estes imigrantes (ENTREVISTADA, 2020).

Fica demonstrado que há necessidade de novas políticas integrando não somente os imigrantes, mas também capacitando aqueles que vão auxiliá-los.

Por fim, fora questionado se o município tem alguma previsão para elaboração de políticas públicas para imigrantes, e, se há uma perspectiva de representatividade dos imigrantes no espaço de decisão, em resposta:

Ainda não. Mas o município tem feito o possível para auxiliá-los e está em constante desenvolvimento em diversas áreas. Porém, o imigrante ainda não tem este protagonismo ao ponto de ter sido criada uma política pública específica para eles (ENTREVISTADA, 2020)

Embora não haja uma política pública específica para imigrantes, no município, nota-se a preocupação em prestar o auxílio necessário ao imigrante para que este se insira como nacional.

Coletado os dados junto aos imigrantes, gestor da cooperativa e junto ao poder público do município, passa-se as considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa primou em responder como se deu a integração dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho na região Oeste do Paraná, especificamente na Frimesa Cooperativa Central, além de identificar os principais elementos que contribuíram para a incorporação destes imigrantes no mercado de trabalho.

Para se compreender inicialmente as diversas nuances do fenômeno das migrações explorou-se na literatura as teorias que tratam do referido processo. Para isso foi preciso discorrer sobre as teorias micro e macrosociológicas.

Além das teorias, buscou-se a legislação para compreender as relações de trabalho e a importância da OIT nessas relações a qual evidencia a Agenda 2030 e o conceito de trabalho decente.

Em seguida, se fez fundamental uma breve abordagem sobre o princípio da dignidade e as relações de trabalho, falando novamente sobre trabalho decente e, de forma específica da legislação trabalhista referente ao imigrante.

Também foi primordial tecer considerações acerca das políticas públicas no cenário nacional e estadual, além de demonstrar a trajetória do imigrante do Haiti até sua chegada no Oeste do Paraná.

Os haitianos que participaram desta pesquisa se demonstraram integrados no mercado de trabalho, sob a égide da legislação trabalhista, não havendo diferenciação entre imigrante e nacional, ambos detêm os mesmos direitos trabalhistas, pois a contratação de novos colaboradores se dá de igual forma para brasileiros e estrangeiros.

Neste aspecto foi importante mencionar as análises feitas por Magalhães (2017) e Mamed e Lima (2015) sobre as condições laborais nestas empresas agroindustriais, sobre as quais estas últimas autoras afirmam que “o trabalho fragmentado, (...), reduzido a ações mecânicas, repetitivas e intensas, (...) é a condição marcante na seção de abate e corte desse setor” (p.51).

Porém, este não foi o foco da presente investigação, entretanto, é fundamental o registro destas análises acerca das condições de trabalho dos imigrantes, para que se possa ter uma visão mais ampla sobre o fenômeno abordado. Estas são, dentre tantas, pesquisas de extrema relevância para uma abordagem crítica acerca da relação migração e mercado de trabalho.

Por outro lado, na cooperativa analisada na presente pesquisa, observa-se que há integração social e profissional, há ainda preocupação por parte da cooperativa em fornecer os cursos de segurança de trabalho, medicina do trabalho entre outros, aos imigrantes assim como o faz com cada colaborador que ingressa, independente da nacionalidade.

Atualmente, laboram na cooperativa entre 70 a 80 haitianos, os quais chegaram à cooperativa de forma igualitária, com algumas exceções conforme registrado pelo próprio gestor, quando há indicação ou solicitação do serviço social municipal.

Quanto aos haitianos entrevistados, em sua maioria foram mulheres, relativamente jovens, sem estudo superior, e profissões em seu país de origem que não demandavam tanto conhecimento técnico.

A vinda ao Brasil se resume em busca de melhor qualidade de vida, oportunidade de trabalho e destaca-se a fuga da violência e problemas sociais vivenciados no Haiti.

Todos os haitianos que participaram desta pesquisa foram assertivos ao dizer que aqui querem permanecer e pretendem retornar ao Haiti somente para passeio e visitas aos familiares.

O idioma se apresentou como um fator negativo, uma barreira, mas que de certa forma suprida, contando com ajuda do município que oferta cursos de língua portuguesa, além do auxílio dos imigrantes que aqui estão mais tempo em contato com o idioma.

Observou-se que há preocupação pelo poder público municipal em dar suporte ao imigrante quando chega, tendo auxílio do CRAS para busca de documentação necessária.

No entanto, a pesquisa demonstrou a falta de política públicas específicas em todas as esferas, políticas estas que precisam ser elaboradas de forma individual, levando-se em consideração as culturas de cada país, o que facilitaria a inserção social e profissional do imigrante.

A pesquisa revelou ainda que falta integração entre as três esferas de governo, a nível estadual, até existe um Conselho Estadual dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná que pouco tem divulgado seus serviços e trabalhos prestados.

A nível municipal, não há políticas públicas específicas para o acolhimento, há preocupação e um auxílio imediato na inclusão de benefício já

existentes para nacionais, observando-se então que resta ao município o ônus de arcar com a inserção do imigrante na localidade.

Outro ponto a ser observado na pesquisa foi a compreensão dos movimentos migratórios, aqui no caso, de haitianos para o oeste paranaense, além da inserção dos mesmos no mercado de trabalho local. As redes sociais de parentesco, amizade e conterraneidade são fundamentais para o sucesso do “empreendimento”, tendo em vista que uma rede social pode compreender todos esses vínculos mencionados unidos por um objetivo comum, ou seja, o da busca por melhoria na qualidade de vida, no entanto, vale mencionar que embora exista essa rede, ela não garante uma ‘vida fácil’ ao imigrante que aqui chega, mas detém um importante ciclo de informações que levam a decisão de migrar.

Staeve (2021, p. 222) ao realizar um estudo de sobre ‘O papel das redes sociais na migração contemporânea de gaúchos em Roraima’, vislumbra sobre as redes e sua contribuição ao imigrante, realizando uma abordagem quanto a sua importância para com a disseminação do então chamado ‘discurso da diferença’, para tanto, disserta que estas, “ao permitirem antecipadamente que os futuros migrantes conheçam *in loco* as potencialidades e oportunidades do lugar possibilitam aos mesmos reconhecer os seus próprios diferenciais e construir estratégias para o êxito no lugar”.

Em muitos casos, mesmo não havendo parentesco ou amizade, há uma ajuda mútua entre os conterrâneos haitianos. Um haitiano ajuda o outro. As redes se constituem e se expandem continuamente. Conforme é possível perceber na entrevista realizada com a Assistente Social, a qual relata que: “Geralmente quando chegam em Medianeira o imigrante Haitiano é acolhido por algum amigo ou parente também Haitiano, que já reside na cidade. Esse imigrante recém chegado fica morando na casa deste amigo ou parente até ter condições de alugar uma casa”.

Com base nisso, observou-se que a hipótese inicial da pesquisa, confirmou-se parcialmente, tendo em vista que existe a integração laboral, porém, as legislações federais e estaduais não foram os únicos e principais fatores responsáveis pela integração dos Haitianos ao mercado de trabalho na cooperativa Frimesa em Medianeira.

Por meio do estudo realizado foi possível concluir que o principal fator responsável por esta integração são as redes sociais criadas por amigos, familiares e outros haitianos os quais colaboram para que o imigrante recém chegado possa

ingressar no mercado de trabalho, além disso, em segundo lugar, vem o próprio município que também auxilia estes imigrantes a se colocarem no mercado de trabalho, e os ajuda na manutenção de algumas necessidades básicas até que sejam empregados e recebam seus salários.

Em terceiro lugar é que vem a legislação trabalhista a qual veda a distinção entre brasileiros e estrangeiros no meio ambiente de trabalho, a princípio, observou-se que a cooperativa cumpre com esta legislação e promove o trabalho decente. No entanto, não se pode afirmar que o conceito de trabalho decente seja totalmente aplicado, uma vez que as entrevistas foram realizadas no ambiente de trabalho dos imigrantes, o que de certa forma pode ser um fator inibidor para levantamento de eventuais irregularidades.

Infelizmente com o momento de pandemia que assola o mundo não foi possível a realização da segunda etapa de pesquisa, na qual pretendia-se entrevistar os 70/80 haitianos que laboram na Frimesa, as outras entrevistas seriam realizadas em ambientes fora da empresa, com foco na percepção deles sobre o trabalho decente, muito embora, pela percepção da pesquisadora, observou-se que mesmo dentro da empresa, os imigrantes se demonstraram felizes e satisfeitos com a situação laboral.

O estudo não se finda nessa pesquisa, há muito ainda o que ser discutido sobre integração laborativa e principalmente sobre políticas públicas específicas em todas as esferas, evidenciando-se a importância de uma abordagem mais específica no que consiste na esfera municipal, tendo em vista a incidência de um número considerável de imigrantes que laboram nas cooperativas da região oeste do Paraná.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia científica**. São Paulo: Cengage, 2016.

ARAÚJO, Wallanna Dantas Oliveira de. **Direitos fundamentais do trabalhador e a Declaração de 1998 da OIT**. Prima Facie, v7, 12, jan-jun, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/primafacie/article/view/4444>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. **Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil**. Revista Brasileira de Estudos de População. V.34, n.1. São Paulo: Jan/Apr., 2017. Scielo. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000100119>. Acesso em: 03 jul. 2020.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais**. Rio de Janeiro, Renovar, 2006.

BARZOTTO, Luciane Cardoso. **Trabalho decente: dignidade e sustentabilidade**. Âmbito Jurídico. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7913>. Acesso em: 27 set. 2018.

BASI, Antonio de Pádua. **Trabalho e imigração: os haitianos empregados nos frigoríficos do Oeste do Paraná**. Revista de História Regional 24 (2): 228-251, 2019.

BASILE, César Reinaldo Offa. **Dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho na interpretação e aplicação das normas trabalhistas**. USP – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2138/tde-27052010-073650/pt-br.php>>. Acesso em: 07 ago. 2018

BASSAN, Dilani Silveira. **Mobilidade Especial: a dinâmica das migrações e a trajetória dos migrantes na região do Vale do Paranhás/RS – Brasil**. Universidade de Santa Cruz do Sul, RS. Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1509/1/Dilani%20Silveira%20Bassan.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

BRASIL. **Agenda Nacional de Trabalho Decente**. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_226229.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Planalto, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 09 jul. 20019.

BRASIL. Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de Migração**. Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em: 03 jul. 2020.

BRASIL. **Manual de recomendações de rotinas de prevenção e combate ao trabalho escravo de imigrantes**. Secretaria de Direitos Humanos. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2013/10/Manual-Trabalho-Escravo-Imigrantes.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Brasil registra mais de 700 mil imigrantes entre 2010 e 2018**. Caderno Destaque. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1566502830.29#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%2022%2F08%2F19,de%20carteiras%20de%20trabalho%20emitidas.>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Política migratória é destaque em 2017**. Justiça. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/politica-migratoria-do-brasil-e-destaque-em-2017>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Brasília. Publicado em: 09/07/2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/135-agenda-de-desenvolvimento-pos-2015>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. Polícia Federal. **Estatísticas**. Solicitação de reconhecimento da condição de refugiado ativas e inativas até 31 de maio de 2020. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/estatisticas>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. Portaria CC-PR/MJSP/MINFRA/MS nº 01, de 29 de julho de 2020. **Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no país de estrangeiros de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa**. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-cc-pr/mjsp/minfra/ms-n-1-de-29-de-julho-de-2020-269235614>>. Acesso em: 25 Ago. 2020.

BRITO, Andrey Pereira. **Políticas para migrantes no Brasil**: avanços locais recentes, improvisos e grandes entraves. Artigo. MigraMundo. Disponível em: <<https://www.migramundo.com/politicas-para-migrantes-no-brasil-avancos-locais-recentes-improvisos-e-grandes-entraves/>>. Acesso em: 02 jul, 2020.

BRUMES, Karla Rosário; SILVA, Marcia da. **A migração sob diversos contextos**. Periódicos da Universidade Estadual de Maringá. Bol. Geogr., Maringá, v. 29, n. 1, p. 123-133, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/viewFile/10183/8736>>. Acesso em: 22 Jul, 2019.

CARDOSO. Carolina de Andrade; PRADO, Eliane Cristina do Nascimento de Freitas; ALVARENGA, Rodrigo. **As políticas públicas para migrantes e refugiados haitianos na cidade de Curitiba**. III Congresso Internacional de Direitos Humanos e Políticas Públicas: Democracias, desigualdades e lutas sociais. Humanitas. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/humanitaspucprdh/121389-as-politicas-publicas->>

para-migrantes-e-refugiados-haitianos-na-cidade-de-curitiba/>. Acesso em: 02 jul, 2020.

CARVALHO, Hellen Oliveira. **Os emaranhados institucionais constituídos a partir da coexistência entre políticas públicas e ações desempenhadas por grupos ligados à igreja católica frente ao fenômeno da migração**. Monografia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciassociais/files/2015/08/Monografia-Hellen-Oliveira-Carvalho.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

CASTRO, Renan Fernando de. **A migração haitiana para o Brasil: perspectivas de um fluxo migratório recente**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Alfenas. Alfenas, 2014. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/geografia/sites/default/files/TCC-vers%C3%A3o-final-PDF.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

COHEN, Robin. **Globalização, migração internacional e cosmopolitismo cotidiano**, in Antônio Barreto (org.), Globalização e migrações. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 25-43.

CONECTAS Direitos Humanos. **Governo reabre fronteiras para turistas e mantém restrição a entrada de solicitantes de refúgio**. Publicado em: 30/07/2020. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/governo-reabre-fronteiras-para-turistas-e-mantem-restricao-a-entrada-de-solicitantes-de-refugio?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=blogpost&utm_term=ads1&utm_content=migracao&gclid=CjwKCAjwyo36BRAXEiwA24CwGVgrF-R83oUmhzDP5KsMqy7TjSn7LYFZKOB9t8PWKBZZbylxGgahIhoCW0AQAvD_BwE>. Acesso em: 25 ago. 2020.

CORREIA, Carolina Simões; BARZOTTO, Luciane Cardoso; MARTINS, Renata Durval. **Nova lei da imigração no Brasil – o trabalhador estrangeiro diante do paradigma constitucional-fraternal**. Artigo. Justiça&Cidadania. Publicado em: 24/01/2018. Disponível em: <<https://www.editorajc.com.br/nova-lei-da-imigracao-no-brasil-o-trabalhador-estrangeiro-diante-do-paradigma-constitucional-fraternal/>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

CULPI, Ludimila Andrzejewski. **Estudos migratórios**. InterSaberes, 2019.

CUSTÓDIO, Ludimila Nascimento. **Imigrantes no mercado de trabalho brasileiro: uma análise para o período de 2002-2014**. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/167660/339976.pdf?sequence=1>> Acesso em: 03 jul. 2020.

DAL CORTIVO, Luisa Miranda. **Dignidade da pessoa humana e trabalho decente no direito brasileiro e internacional**. Monografia. Centro Universitário Curitiba. Curitiba, 2018. Disponível em: <<https://www.unicuritiba.edu.br/images/tcc/2018/dir/LUISA-MIRANDA-DAL-CORTIVO.pdf>>. Acesso em: 25 Ago. 2020.

DGERT – Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho. **Declaração de Filadélfia**, 1944. Disponível em: <<https://www.dgert.gov.pt/declaracao-de-filadelfia>>. Acesso em: 02 jul 2020.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 11 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

EBERHARDT, Leonardo Dresh et. al. **Imigração haitiana em Cascavel, Paraná: ponto de convergência entre história(s), trabalho e saúde**. Artigo. Saúde e Debate. Rio de Janeiro, v.42, n. 118, p. 676-686, jul/set, 2018. Scielo. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2018.v42n118/676-686/pt>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

ESTRELA, Carlos. **Metodologia científica: ciência, ensino e pesquisa**. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2018.

FORMIGA, Pedro Gonsalves de Alcantara. **A Declaração da Filadélfia e os direitos sociais nos “trinta anos de ouro”**. Conteúdo Jurídico. Publicado em: 14/09/2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-declaracao-da-filadelfia-e-os-direitos-sociais-nos-trinta-anos-de-ouro,39037.html>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

FRANÇA, Rômulo Ataides; RAMOS, Wilsa Maria; MONTAGNER, Maria Inês. **Mapeamento de políticas públicas para os refugiados no Brasil**. Artigo. Estudos & Pesquisas em Psicologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. V. 19, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43008/29657>>. Acesso em: 02 jul, 2020.

FREITAS, Wesley R. S.; JABBOUR, Charbel J. C. **Utilizando estudo de casa (s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões**. Estudo & Debate, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011. Disponível em: <<https://www3.ufpe.br/moinhojuridico/images/ppgd/8.12a%20estudo%20de%20caso.pdf>>. Acesso em: 03 Ago, 2020.

FRIMESA. Cooperativa Central. **Histórico**. Disponível em: <<https://www.frimesa.com.br/pt/sobre>>. Acesso em: 21 out, 2020.

GOTARDO, Aline Oliveira; PEREIRA, Luciano Meneguetti. **A prevenção e o combate do trabalho escravo de imigrantes no Brasil por meio da educação em direitos humanos**. ORG & DEMO, Marília, v. 20, n. 2, p. 7-40, Jul./Dez., 2019.

GUIMARÃES, Jarsen Luis Castro. **Abordagem teóricas sobre migrações**. WebArtigos. Publicado em: 21/09/2010. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/abordagens-teoricas-sobre-migracoes/47805>>. Acesso em: 23 Jul, 2019.

KOWALSKI, Rodolfo Luis. **Paraná é o 2º estado que mais gera empregos para estrangeiros**. Artigo. Bem Paraná. Publicado em: 24/06/2018. Disponível em:

<<https://www.bemparana.com.br/noticia/parana-e-o-2o-estado-que-mais-gera-empregos-para-refugiados#.Xv6ZHyhKjIU>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

LACERDA, Moara Ferreira. **Diálogo Teórico das Migrações Internacionais: Desafios Eminentes a uma compreensão holístico**. Askesis, v.3, n.1, Jan/jun. 2014, p. 159-169. Disponível em: <www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/130>. Acesso em: 24 Jul, 2019.

LEITE, Letícia Mourad Lobo. **Políticas Públicas de Trabalho para Imigrantes: um olhar sobre o conceito de trabalho decente, instituído pela organização internacional do trabalho**. Trabalho submetido ao seminário “Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas”, realizado em 12/06/2019. São Paulo. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/18_LMLL.pdf>. Acesso em: 23 Jul, 2019.

LESSA, Danielle Karina Pincerno Favaro Trindade de Miranda. **Direitos fundamentais do Migrante Internacional: mudança de paradigma legislativo frente ao novo contexto migratório global**. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2016. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/107/107131/tde-07072017-105115/>>. Acesso em: 04 Ago, 2019.

LIMA, João Brigido Bezerra; MUNÕZ, Fernanda Patrícia Fuentes; NAZARENO, Luísa de Azevedo; AMARAL, Nemo. **Refugiados no Brasil: Caracterização de perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)**. Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA. Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8061/1/Ref%C3%BAgio%20no%20Brasil_caracteriza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20perfis%20sociodemogr%C3%A1ficos%20dos%20refugiados_1998-2014.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019.

MACHADO, Ricardo. **Migração é um fenômeno da experiência humana**. Entrevista. Instituto Humanitas Unisinos. Publicado em: 07/12/2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/585292-migracao-e-um-fenomeno-da-experiencia-humana-entrevista-especial-com-denise-cogo>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

MAGALHÃES, Luiz Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. Tese (Doutorado em Demografia). Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MAMED, Leticia H. ; LIMA, Eurenice O. de. **Trabalho, precarização e migração: recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira**. Novos Cadernos NAEA, Belém, v.18. n.1., p.33-64, 2015.

MELO, Karine. **Brasil teve mais de mil pessoas resgatadas do trabalho escravo em 2019**. Caderno Direito Humanos. Agencia Brasil. Publicado em 28/01/2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020->

01/brasil-teve-mais-de-mil-pessoas-resgatadas-do-trabalho-escravo-em>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. **O direito do trabalhado e a dignidade da pessoa humana – pela necessidade de afirmação do trabalho digno como direito fundamental**. XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3828.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

NOLASCO, Carlos. **Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias**. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra. 2016. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/14615_Oficina_434.pdf>. Acesso em: 24 Jul, 2019.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **História da OIT**. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/hist%C3%B3ria/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho decente**. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. **Nova lei brasileira da migração: avanços, desafios e ameaças**. Revista Brasileira de Estudos da População. Vol. 34. N. 1, São Paulo, jan/apr 2017.

ONUBR. Organização das Nações Unidas no Brasil. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Traduzindo pelo Centro de Informações das Nações Unidas para o Brasil. Editado em: 13/10/2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 02 jul. 2020.

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. **Paraná já recebeu mais de dois mil estrangeiros em 2016**. Artigo. Publicado em: 15/02/2019. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=101163&tit=Parana-ja-recebeu-mais-de-dois-mil-estrangeiros-desde-2016>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

PARANÁ. Departamento de Direitos Humanos e Cidadania. **Plano Estadual de Políticas Públicas para promoção e defesa dos Direitos e Refugiados, Migrantes e apátridas do Paraná 2014-2016**. Disponível em: <<http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2015/PlanoEstadualMigranteRefugiadoParana.pdf>>. Acesso em: 02 jul, 2020.

PARANÁ. Sistema FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná. **Brasil tem 112 mil migrantes com carteira assinada e Paraná é o segundo estado que mais emprega estrangeiros**. Notícia. Agência Sistema FIEP. Publicado em: 04/07/2019. Disponível em: <<https://agenciafiep.com.br/2019/07/04/brasil-tem-112-mil-imigrantes-com-carteira-assinada-e-parana-e-o-segundo-estado-que-mais-emprega-estrangeiros/>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações**: teorias micro e macro-sociológicas. SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa. 2004. Disponível em: <<https://socius.rc.iseg.ulisboa.pt/publicacoes/wp/wp200411.pdf>>. Acesso em: 24 Jul., 2019.

PEREIRA, Mariana Gomes. **As políticas públicas brasileiras de combate ao trabalho escravo moderno**: do conceito de trabalho decente aos desafios da eficácia das políticas sobre a vida do trabalhador após o resgate. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/5651/1/MarianaGP_Monografia.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PORTES, Alejandro. **Migrações internacionais**. Origem, tipos e modos de incorporação. Oeiras: Celta, 1999.

QUEIROZ, Augusto. **Burocracia dificulta inserção de imigrantes no mercado de trabalho no Brasil**. Artigo. Agência Brasil. Publicado em: 14/03/2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/burocracia-dificulta-insercao-de-imigrantes-no-mercado-de-trabalho-no-brasil>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. **A Organização Internacional do Trabalho e a proteção aos Direitos Humanos do trabalhador**. Âmbito Jurídico. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2510&revista_caderno=25> Acesso em: 02 jul. 2020.

SANTOS, Fernando Damazio dos. **Imigração haitiana no Brasil**: especificidades e dispositivo de políticas migratórias empregado pelo estado brasileiro. Monografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

SANTOS, Mauro Augusto dos. **Migração**: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Texto para discussão n. 398. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/6314064.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

SANTOS, Rosane A.B dos. **A inserção dos invisibilizados: um estudo sobre o ensino de língua portuguesa à criança haitiana e a gestão de línguas na educação básica em Medianeira**. Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Ensino. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu, 2019.

SÃO PAULO. FECOMERCIO SP. **Nova lei de migração facilita contratação de trabalhadores estrangeiros**. Artigo. Caderno Legislação. Fecomércio de São Paulo. Publicado em: 06/09/2018. Disponível em: <<https://www.fecomercio.com.br/noticia/nova-lei-de-migracao-facilita-contratacao-de-trabalhadores-estrangeiros>>. Acesso em: 02 jul, 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Glúcia de Oliveira. **Teorias das migrações internacionais**. XII Encontro da Nacional da ABEP 2000. Caxambu, Out/2000.

Disponível em:

<https://www.pucsp.br/projetocenarios/downloads/CDH/Teoria_das_Migracoes_Internacionais.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2019.

SILVA, De Plácido e. Vocabulário Jurídico. 31 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

STAEVIE, Pedro Marcelo. **O papel das redes sociais na migração contemporânea de gaúchos em Roraima**. Tese. Universidade Federal do Pará. Belém, 2012. Disponível em:

<http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/11160/1/Tese_PapelRedesSociais.pdf

>. Acesso em: 22 dez, 2020.

TRAMARIN, Eduardo. **Trabalho imigrante: o poder da atração do Brasil**. Radio Câmara. Câmara dos Deputados. Brasília, 2020. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/radio/programas/382656-trabalho-imigrante-o-poder-de-atracacao-do-brasil/>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

YIN, Robert K. **pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS IMIGRANTES HAITIANOS

Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA
Instituto Latino Americano de Economia, Sociedade e Políticas – ILAESP
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento – PPGPPD

Pesquisa de Dissertação de Mestrado: Processo de Integração Haitianos no Mercado de Trabalho no Oeste do Paraná: um estudo de caso na Cooperativa Frimesa

Mestranda: Keit Viviane de Souza Tessari Wagner
Orientador: Professor Doutor Pedro Marcelo Staevie

Dados pessoais

- 1) Nome: _____
- 2) Data de nascimento ____/____/____.
- 3) Idade: _____
- 4) Sexo () feminino () masculino
- 5) Local de nascimento no Haiti: _____
- 6) Estado civil: () solteiro(a) () casado(a) () divorciado(a) () separado(a) () viúvo(a)
() união estável
- 7) Línguas faladas: () crioulo () francês () inglês () português ()
outra: _____
- 8) Escolaridade:
() ensino fund. Incompleto;
() ensino fund. Completo;
() ensino médio incompleto;
() ensino médio completo;
() ensino superior incompleto;
() ensino superior completo. Qual curso? _____
- 9) Que profissão exercia lá no Haiti? _____
- 10) Último local de residência antes do Brasil (cidade, país): _____

11) Com quem veio ao Brasil:

- ☐ sozinho
- ☐ pai
- ☐ mãe
- ☐ esposo(a)
- ☐ filho(a) quantos? _____
- ☐ outros: _____

12) Local atual de Residência: _____

13) Data de chegada no atual endereço (mês e ano): _____

14) Recebeu algum auxílio financeiro quando chegou aqui?

- ☐ Não
- ☐ Sim, de quem?
- ☐ Município/Prefeitura
- ☐ ONG
- ☐ Igreja
- ☐ Outros _____

15) Há dificuldades em acessar os serviços públicos em Medianeira, como saúde, Educação, assistência social, qual a maior dificuldade em acessá-los?

- ☐ Não
- ☐ Sim, por que? _____

16) Porque escolheu o Brasil: assinale quantas opções desejar (caso tenha mais do que uma):

- ☐ trabalhar e estudar/buscar novas oportunidades;
- ☐ ajudar a família que ficou no Haiti;
- ☐ por causa do terremoto (perderam tudo);
- ☐ violência, falta de segurança, situação econômica e social precária do país;
- ☐ tiveram conhecimento da legislação brasileira no que se refere ao visto humanitário.
- ☐ outro. Qual? _____

17) Migrar ao Brasil está de acordo com que desejava?

- ☐ sim
 - ☐ não
- Por que? _____

18) Seu destino era o Oeste do Paraná:

- ☐ sim
 - ☐ não
- Se não. Qual era o seu destino inicialmente?
- _____

19) Quanto tempo demorou para arranjar um emprego na cidade/região _____

20) Esse primeiro emprego é esse aqui da cooperativa?

- ☐ Não
☐ Sim

21) Como chegou a cooperativa?

- ☐ anúncio de emprego
☐ recrutamento da empresa (em algum lugar, via alguma entidade/órgão)
☐ indicação de amigo/parente/outro haitiano
☐ Outros

22) Quais as principais dificuldades encontradas na sua integração laboral e social na cooperativa?

- ☐ linguística ☐ culturais ☐ étnico/raciais ☐ laborais

23) Você se considera um imigrante integrado com relação ao mercado de trabalho?

- ☐ sim
☐ não,

Por que? _____

24) Você fez amigos brasileiros dentro da cooperativa? ☐ sim ☐ não

25) Você já teve alguma promoção profissional na cooperativa?

- ☐ sim
☐ não

26) A empresa proporciona a possibilidade de se tornarem cooperativados?

- ☐ sim
☐ não
☐ não sei

27) Em poucas palavras, como está sua vida hoje? O que você espera do futuro na empresa _____ na região? _____

28) Você pretende continuar no Brasil ou pretende retornar para o Haiti ou emigrar para outro país?

☐ SIM

☐ NÃO

Por quê? _____

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO À COOPERATIVA FRIMESA

Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA
Instituto Latino Americano de Economia, Sociedade e Políticas – ILAESP
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento – PPGPPD

Pesquisa de Dissertação de Mestrado: Processo de Integração Haitianos no Mercado de Trabalho no Oeste do Paraná: um estudo de caso na Cooperativa Frimesa

Mestranda: Keit Viviane de Souza Tessari Wagner
Orientador: Professor Doutor Pedro Marcelo Staevie

Quantos haitianos trabalham na Cooperativa? Eles são entre os imigrantes maioria? Por quê?

- 1) Existe uma preferência entre contratar imigrantes haitianos? Por quê?
- 2) Em que época ou ano os haitianos começaram a serem contratados?
- 3) Como foram contratados: eles procuraram ou a cooperativa que os procurou? Existiu algum auxílio de entidades (Município, Estado) ou ONG's nesse processo de contratação?
- 4) O idioma dos haitianos é um empecilho para o trabalho? Tem alguém que os auxilia, traduz? Como fazem para superar o obstáculo do idioma?
- 5) A cultura haitiana difere bastante com a brasileira, essa distinção cultural interfere na relação no trabalho com os colegas brasileiros?
- 6) Quais os setores que trabalham?
- 7) Todos têm carteira de trabalho assinada?
- 8) Como recebem o salário? Por meio de quê? (em mãos ou têm conta bancária)
- 9) Quanto é o salário mensal deles em média?
- 10) Os imigrantes haitianos recebem algum tipo treinamento oferecido pela cooperativa para desempenhar as suas funções?
- 11) A cooperativa chegou a prestar algum auxílio para moradia destes empregados haitianos? Se sim, como funcionava?

- 12) Estão ainda contratando mão de obra haitiana? O fluxo de contratação mudou desde o início?
- 13) A Cooperativa tem política/regulamento/normativa interna, para contratação de imigrantes?
- 14) A Cooperativa considera os imigrantes haitianos integrados em relação ao trabalho, aos colegas e aos superiores? Por quê?
- 15) Existe dentro da Cooperativa ações que busquem essa integração?
- 16) Por parte da cooperativa há alguma percepção de que a prefeitura apresente políticas públicas de acolhimento dos imigrantes?
- 17) Os Haitianos são estimulados a serem cooperados? Se sim, algum já se cooperativou?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO À ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA-PR

Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA
Instituto Latino Americano de Economia, Sociedade e Políticas – ILAESP
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento – PPGPPD

Pesquisa de Dissertação de Mestrado: Processo de Integração Haitianos no Mercado de Trabalho no Oeste do Paraná: um estudo de caso na Cooperativa Frimesa

Mestranda: Keit Viviane de Souza Tessari Wagner
Orientador: Professor Doutor Pedro Marcelo Staevie

- 1) Existe alguma política pública municipal de acolhimento para os imigrantes que chegam em Medianeira?
- 2) Os imigrantes que aqui chegam recebem algum tipo de auxílio, por parte da prefeitura, para conseguirem documentação brasileira? Se sim, quais documentos?
- 3) Os imigrantes recebem algum tipo de auxílio moradia ou têm alguma “casa abrigo” aonde podem permanecer por um período?
- 4) Os Imigrantes têm acesso a que tipo de programas sociais prestados pela assistência social? (Bolsa Família, BPC e etc). (especificar se os benefícios são advindos no governo Federal, Estadual ou Municipal)
- 5) Existe, por parte do município, alguma oferta de cursos que ensinam a língua portuguesa para imigrantes?
- 6) Quantos haitianos estão cadastrados nos serviços da assistência social do município de Medianeira atualmente?
- 7) Esse número já foi maior? Se sim, sabe dizer porque diminuiu?
- 8) Quais as principais demandas dos imigrantes haitianos na área de atendimento da assistência social?
- 9) Quais as principais dificuldades das equipes da Assistência Social para atendimentos dos haitianos no município de Medianeira?

- 10) A prefeitura tem algum tipo de política para inserção laboral dos imigrantes?
Se sim, qual?
- 11) A prefeitura tem alguma política de formação ou aprimoramento profissional para os imigrantes?
- 12) Como o local de chegada, em última instância é o município, é ele (município), que acaba por sentir os efeitos da imigração. Neste sentido, não há necessidade de uma maior integração das diferentes esferas de poder na condução das políticas de inserção econômica e social dos imigrantes, na sociedade de acolhimento, isto é, no município?? (o município não pode e não deve estar encarregado sozinho nestas ações).
- 13) Há alguma política pública municipal referente à inserção social/laboral dos imigrantes? Se sim, qual o espaço dos imigrantes (e/ou dos seus representantes) na discussão/definição destas políticas? Se há este espaço ele é de natureza consultiva ou deliberativa?
- 14) Caso não haja ainda a política pública voltada à inserção social/laboral dos imigrantes, mas a prefeitura pensa em alguma política nesse sentido?? Há a perspectiva de representatividade dos imigrantes nesse espaço de decisão?

APÊNDICE D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTOS E IMAGENS

Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA
 Instituto Latino Americano de Economia, Sociedade e Políticas – ILAESP
 Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento – PPGPPD

Pesquisa de Dissertação de Mestrado: Processo de Integração Haitianos no Mercado de Trabalho no Oeste do Paraná: um estudo de caso na Cooperativa Frimesa

Mestranda: Keit Viviane de Souza Tessari Wagner
 Orientador: Professor Doutor Pedro Marcelo Staevie

Eu _____,
 documento de identificação número (RG, RNE ou passaporte)

_____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos usados na pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de meu depoimento e ou imagem, **autorizo**, através do presente termo, o pesquisador _____ do projeto de pesquisa intitulado “_____” a colher meu depoimento e ou realizar as fotos que se façam necessárias sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Não obstante, libero a utilização do depoimento e ou destas fotos para fins científicos e de estudos (dissertações, teses, livros, artigos e *slides*), em favor do pesquisador, acima especificado, obedecendo ao que está previsto na legislação vigente

_____, de _____ de 20__.

 Assinatura do Pesquisador responsável
 pelo projeto

 Assinatura do Sujeito da Pesquisa